

Anais do I Fórum CONTAG de Cooperação Técnica



Desenvolvimento Rural Sustentável

Brasília (DF), agosto de 1999

ANAIS
I FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ANAIIS
I FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Brasília, 10 a 12 de agosto de 1999

Promoção

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Apoio

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Relatores

Lucila Bezerra e Sérgio Buarque

Edição Final

Andréa Aymar, Netto Costa e Tânia Melo

Projeto Gráfico

Fabio Faulstich e George Abreu

CONTAG

SDS Ed. Venâncio VI, 1º andar

CEP: 70393-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 321.2288

Fax: (61) 321.3229

Esta publicação reúne todos os documentos apresentados pelos respectivos autores para o debate realizado no I Fórum CONTAG de Cooperação Técnica - Desenvolvimento Rural Sustentável. A divulgação e a reprodução dos artigos são livres mediante à autorização dos autores.

FICHA CATALOGRÁFICA

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG

I Fórum CONTAG de Cooperação Técnica - Desenvolvimento Rural Sustentável.
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, Brasília/DF, 2000.

118 p.

1. A concepção de desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento do desenvolvimento sustentável. 3. Educação para o desenvolvimento sustentável. I Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG. II. Título

Diretoria-Executiva da CONTAG

Presidente

Manoel José dos Santos

Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais

Gerônimo Brumatti

Secretário-Geral

Agnaldo dos Santos Meira

Secretário de Administração e Finanças

Hilário Gottselig

Secretária de Formação e Organização

Maria de Fátima Rodrigues

Secretário de Política Agrícola

Alberto Ercílio Broch

Secretário de Assalariados

Guilherme Pedro Neto

Secretária de Políticas Sociais

Maria da Graça Amorim

Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Raimunda Celestina de Mascena

Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente

Sebastião Neves Rocha

Comitê Técnico do Fórum CONTAG de Cooperação Técnica

Carlos Miranda – IICA

Eliana Ferreira – FAO

Eugênio Peixoto – CONTAG

Ivanilson Guimarães – PNUD

Apresentação

Desde a sua origem, em janeiro de 1964, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG, vem elaborando propostas que possibilitem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do meio rural brasileiro. A trajetória histórica da nossa ação política tem buscado a valorização do território rural como um local privilegiado para a implementação de políticas de inclusão social que possam repercutir significativamente no conjunto da sociedade brasileira.

Em 1995, o 6º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais deliberou que a nossa principal ação estratégica seria a formulação e a luta pela implementação de um *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável*, como uma proposta política dos povos do campo brasileiro para a superação das desigualdades sociais no nosso país. Nesse processo, articulamos diversas ações e encontramos vários aliados para a concentração das nossas propostas.

A realização do **I Fórum CONTAG de Cooperação Técnica** — em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) — representa um novo momento desta nova caminhada. Um salto qualitativo que afirma a necessidade e a possibilidade de uma articulação entre a cooperação técnica internacional e os movimentos sociais na perspectiva da construção de uma nova realidade.

Nesta publicação são apresentadas as principais sugestões dos participantes do evento realizado em agosto de 1999, em Brasília, no Distrito Federal. Esperamos que esse material contribua para a discussão e para a formulação de estratégias de desenvolvimento sustentáveis, solidárias e holísticas.

Manoel Santos

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Sumário

1. Objetivos	11
2. Entidades Patrocinadoras e de Apoio	11
3. Local e Data	12
4. Participantes	12
5. Metodologia	12
6. Solenidade de Abertura	14
7. Paineis: A Concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável	19
8. Oficinas Temáticas	75
8.1 – Planejamento do Desenvolvimento Sustentável	75
8.2 – Sistemas de Gestão do Desenvolvimento Sustentável	85
8.3 – Educação para o Desenvolvimento Sustentável	92
9. Síntese das Oficinas Temáticas	99
10. Agenda Comum	107
11. Lista de Participantes	113

1. Objetivos

Geral

- Promover o intercâmbio de experiências de desenvolvimento rural sustentável para o estabelecimento de parcerias que potencializem a ação articulada dos diversos atores envolvidos.

Específicos

- Apresentar o estado da arte do desenvolvimento rural sustentável;
- Socializar as diversas experiências desenvolvidas pelas entidades participantes no fomento a processos de desenvolvimento rural sustentável;
- Identificar possibilidades de cooperação técnica entre os diversos sujeitos envolvidos;
- Estabelecer um fórum permanente sobre o desenvolvimento rural sustentável.

2. Entidades Patrocinadoras

- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO

Apoio

- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

3. Local e Data

Em Brasília – DF, de 10 a 12 de agosto de 1999.

4. Participantes

Dirigentes e assessores do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), representantes e técnicos das agências multilaterais de cooperação técnica envolvidos com o tema.

5. Metodologia Adotada

O fórum realizou-se combinando diversas atividades, com distintos procedimentos metodológicos:

- **Painel** introdutório para nivelamento conceitual sobre a **Concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável**, com a presença de todos os participantes e abordando os temas: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Sustentável com Perspectiva de Gênero, Desenvolvimento Sustentável no Espaço Rural e Desenvolvimento Sustentável em Nível Local.
- **Trabalho em Oficinas Temáticas** para identificar e desenhar estratégias de articulação que viabilizem a concretização de possíveis parcerias. As oficinas tiveram como principal orientação: aprofundar o debate conceitual; identificar os principais eixos para uma ação articulada entre os patrocinadores do fórum; e definir estratégias para implementação dessas ações.

Os grandes temas inicialmente definidos como objeto de trabalho foram: *Planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável, Sistemas de Gestão para o*

Desenvolvimento Rural Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Consituíram-se três grupos temáticos, contando, cada um deles, com um problematizador para introduzir o tema, um moderador para conduzir a dinâmica do grupo e um relator para registrar todas as etapas do trabalho.

- **Mercado de Idéias**, momento no qual cada grupo da oficina apresentou um painel contendo os eixos identificados em cada um dos temas: objetivos, atores e estratégias para futuras ações de cooperação. Com o resultado desse material elaborou-se a pauta para a Agenda Comum.
- **Plenária** para apresentação da **Agenda Comum**, tendo como base os temas, subtemas e estratégias de cada grupo, bem como as principais formas de cooperação identificadas para sua operacionalização.

Painelistas

- Tânia Bacelar – UFPE/IICA/Brasil, com o tema *Desenvolvimento Sustentável*
- Mercedes Basco – IICA/Argentina, com o tema *Desenvolvimento Sustentável com Perspectiva de Gênero*
- Roberto Moreira – CPDA/UFRJ, com o tema *Desenvolvimento Sustentável no Espaço Rural*
- Carlos Jara – IICA/Equador, com o tema *Desenvolvimento Sustentável em Nível Local*

Equipe Técnica de Apoio às Oficinas

Oficina: Planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável

Problematização: Tânia Bacelar – UFPE/IICA

Moderação: Tânia Melo – NEAD

Relatoria: Lucila Bezerra – FJN/IICA

Oficina: Sistemas de Gestão para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Problematização: Carlos Jara – IICA

Moderação: Armando Santos Neto – CONTAG

Relatoria: José Humberto Oliveira – ASSOCENE

Oficina: Educação para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Problematização: Naidson Baptista Quintella – MOC

Moderação: Eugênio Conolly Peixoto – CONTAG

Relatoria: Josemar Sousa Lima – IICA

Reladoras Gerais

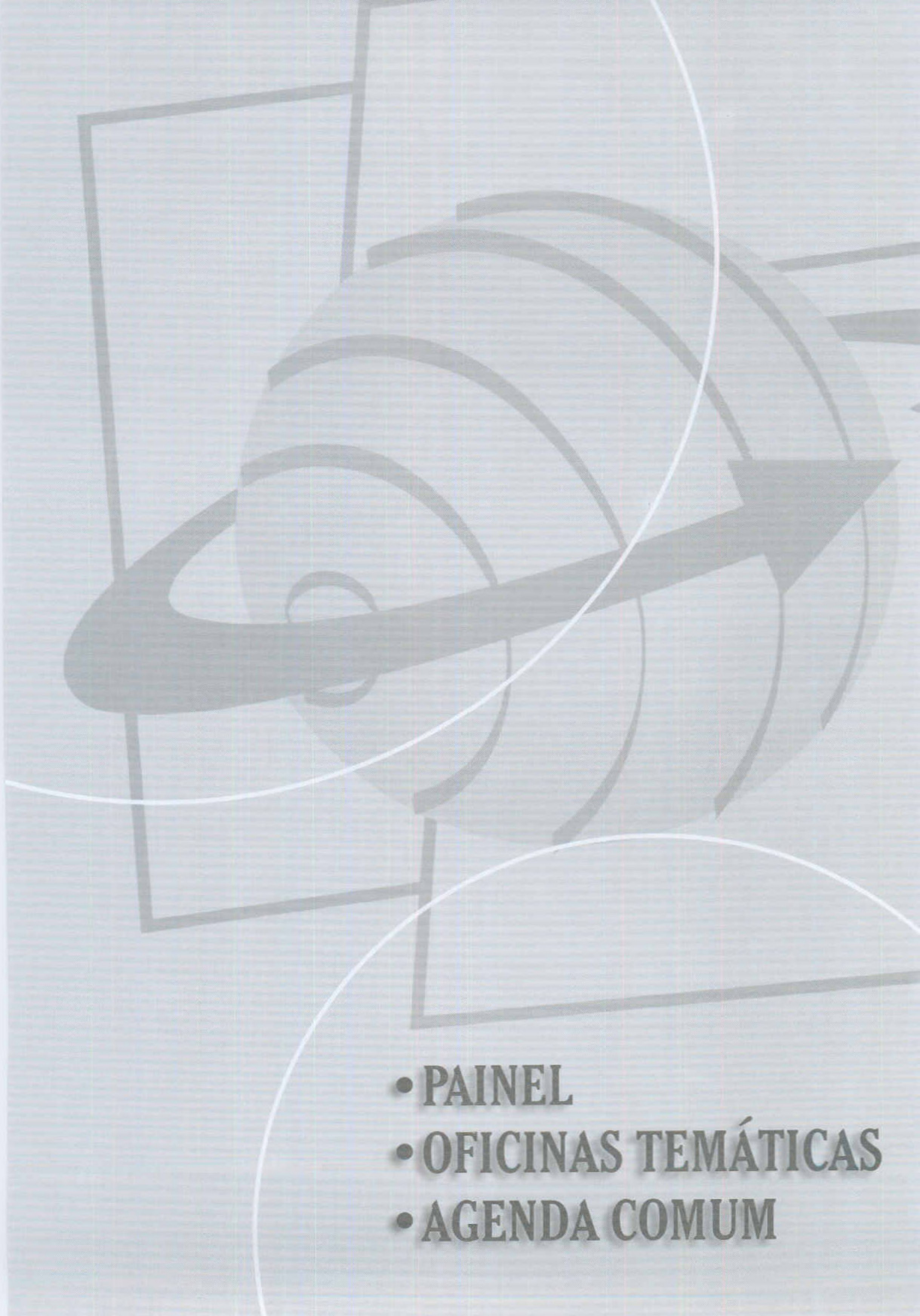
Lucila Bezerra

Tânia Bacelar

6. Solenidade de Abertura

A mesa de abertura do fórum foi formada pelo presidente da CONTAG, Manoel dos Santos; pelo representante do IICA no Brasil, Gustavo Ferreira Filho; pelo representante do PNUD no Brasil, Valter Franco; e pelo diretor de Relações Internacionais da CUT, Kjeld Jakobsen.

Os representantes, nas suas intervenções, destacaram a importância fundamental do fórum, como espaço de discussão de conceitos e propostas sobre o desenvolvimento rural sustentável, e, sobretudo, da possibilidade de, nesse evento, se construir uma Agenda Comum para ações de colaboração envolvendo a CONTAG e as agências internacionais de cooperação técnica e financeira.

- 
- The background of the page features a light blue-grey color with a subtle grid pattern. Overlaid on this are several geometric elements: a large, dark grey arrow pointing towards the upper right, a series of concentric, semi-transparent grey circles, and a dark grey rectangular frame. A thin white line also curves across the lower portion of the page.
- **PAINEL**
 - **OFICINAS TEMÁTICAS**
 - **AGENDA COMUM**

7. PAINEL: A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

7.1 Tânia Bacelar – UFPE/IICA

Desenvolvimento Sustentável – o contexto do final do século XX

As grandes transformações do cenário mundial, a hegemonia do modo de produção capitalista em escala mundial e, com isso, o fortalecimento do movimento de internacionalização dos agentes e fluxos econômicos, dos valores próprios das sociedades capitalistas e dos mercados ampliaram a dificuldade de acumulação produtiva da economia mundial nas décadas recentes (ciclo de baixa). As profundas transformações das relações econômicas e sociais, dos mercados, e das empresas (no que produzem e como produzem) também provocaram uma mudança relevante no paradigma tecnológico, considerando, entre os aspectos fundamentais dessas transformações, a revolução científico-tecnológica em curso.

As mudanças na dinâmica da realidade impulsionam uma permanente discussão dos conceitos e, notadamente, do conceito de desenvolvimento. Na maior parte do século XX o desenvolvimento foi sinônimo de “desenvolvimento econômico”. O Brasil assumiu com força essa concepção. Tanto que, ao mesmo tempo em que chegava ao oitavo lugar na escala dos países de economias mais desenvolvidas, e a economia brasileira revelava um desempenho altamente favorável na maior parte das décadas desse século, a realidade social apresentava um quadro extremamente desfavorável e inquietante.

Por outro lado, a realidade atual coloca em discussão o trinômio: **indústria x modelo fordista x consumo de massa**. Com ele, deu para conciliar o crescimento econômico com a ampliação de empregos e a melhoria do consumo das massas trabalhadoras. Mas, agora, na crise e em tempos de montagem de novos paradigmas produtivos e tecnológicos, está ficando mais difícil conciliar os objetivos de crescimento da economia

e, ao mesmo tempo, empregar gente. As principais potências do mundo, as que mais avançaram, exibem, hoje, problemas de inserção social, a exemplo das taxas de desemprego alcançadas pelos países da Europa, e da recessão em que se encontra o Japão.

É nesse quadro que as novas concepções de desenvolvimento ganham destaque. Considero que, nesse debate, os movimentos sociais têm um papel significativo. Celso Furtado mostra que a realidade contemporânea é produto da síntese entre o avanço do capitalismo e da luta dos movimentos sociais. Cito, como exemplo, o movimento ambientalista que muito contribuiu para realçar a importância de rediscutir a relação homem/natureza, questionando o padrão até então em vigor. Fruto de muita pressão e muito debate, os custos ambientais já começam a entrar, hoje, nos cálculos econômicos. Exigem-se, inclusive no Brasil, estudos de impactos ambientais para os grandes projetos. As lutas dos movimentos sociais estimulam também cientistas sociais e economistas a se inserirem no debate relacionado ao processo de desenvolvimento. Como exemplo, os avanços feitos por Ignacy Sachs em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável

O relatório *Bruntland* define como sustentável aquele “**processo de desenvolvimento em que as necessidades das gerações atuais são satisfeitas sem comprometer as possibilidades de atender às necessidades das gerações futuras**”. Para isso, revela-se como fundamental o respeito ao meio ambiente e supõe-se como essencial a solidariedade intergerações.

O desenvolvimento sustentável precisa ser também um processo que cria oportunidades crescentes para as pessoas. Com efeito, a taxa de crescimento da produção não retrata exatamente o desenvolvimento (seria, nesse caso, aquela taxa de criação de oportunidades). Nessa perspectiva, desenvolvimento se traduziria pela ampliação de

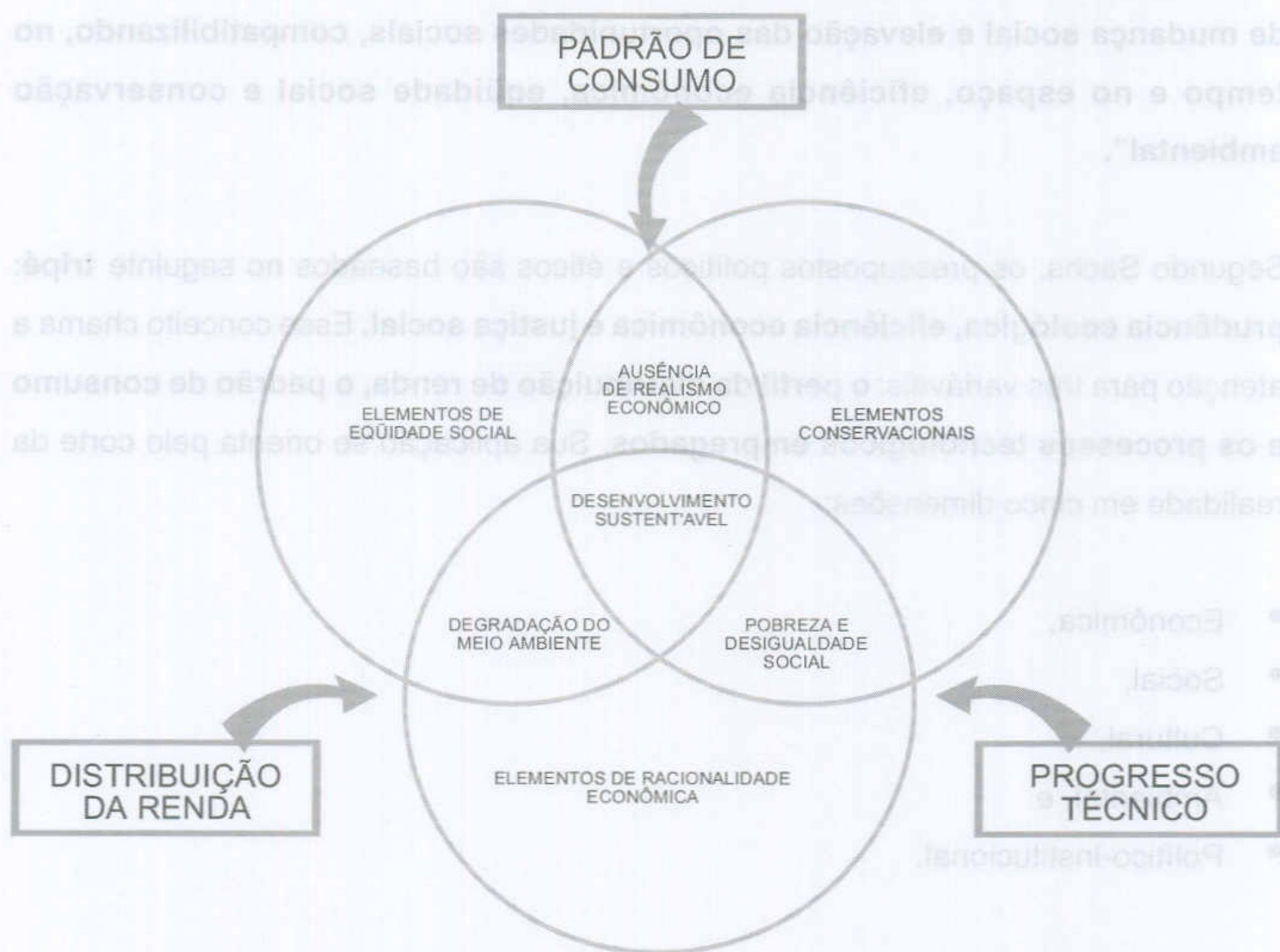
oportunidades para as pessoas. Colocou-se, como exemplo, o fato de a população masculina ter mais presença nos espaços públicos, embora já se observe hoje o corte de gênero, introduzido pelos movimentos sociais ligados à esta questão.

O conceito ampliado de desenvolvimento sustentável é definido como o “**processo de mudança social e elevação das oportunidades sociais, compatibilizando, no tempo e no espaço, eficiência econômica, equidade social e conservação ambiental**”.

Segundo Sachs, os pressupostos políticos e éticos são baseados no seguinte **tripé: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social**. Esse conceito chama a atenção para três variáveis: **o perfil da distribuição de renda, o padrão de consumo e os processos tecnológicos empregados**. Sua aplicação se orienta pelo corte da realidade em cinco dimensões:

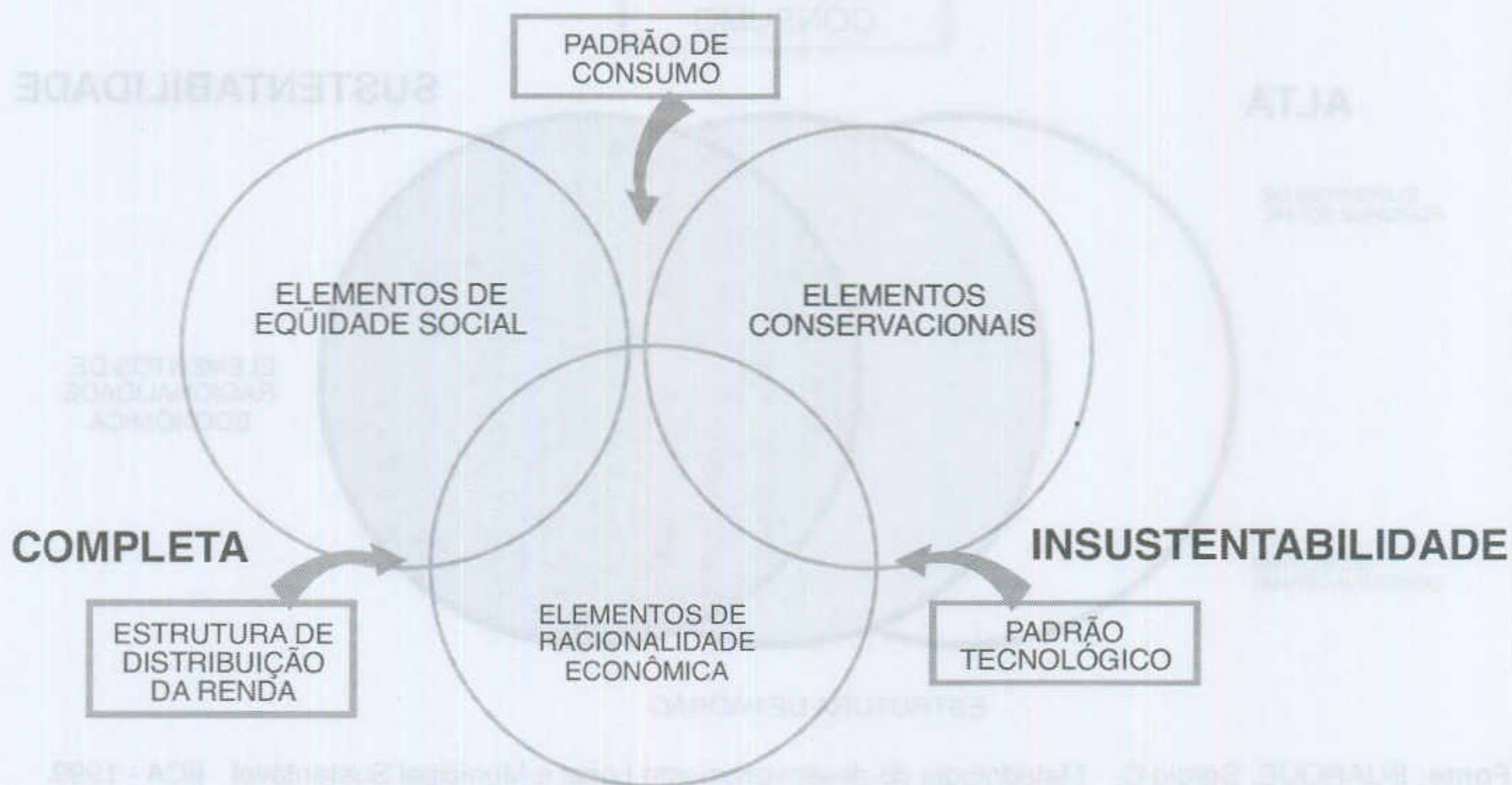
- Econômica,
- Social,
- Cultural,
- Ambiental, e
- Político-institucional.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

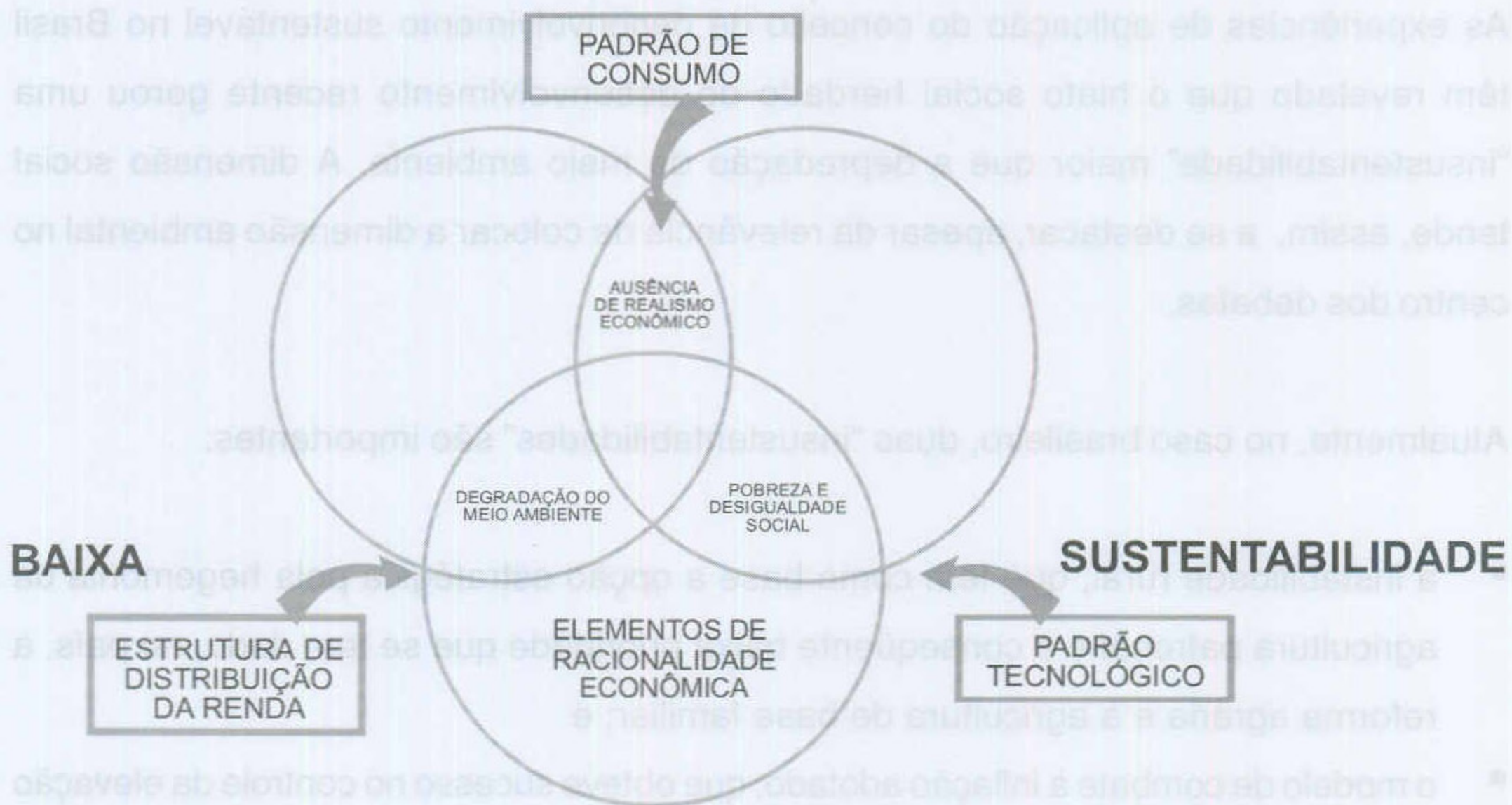


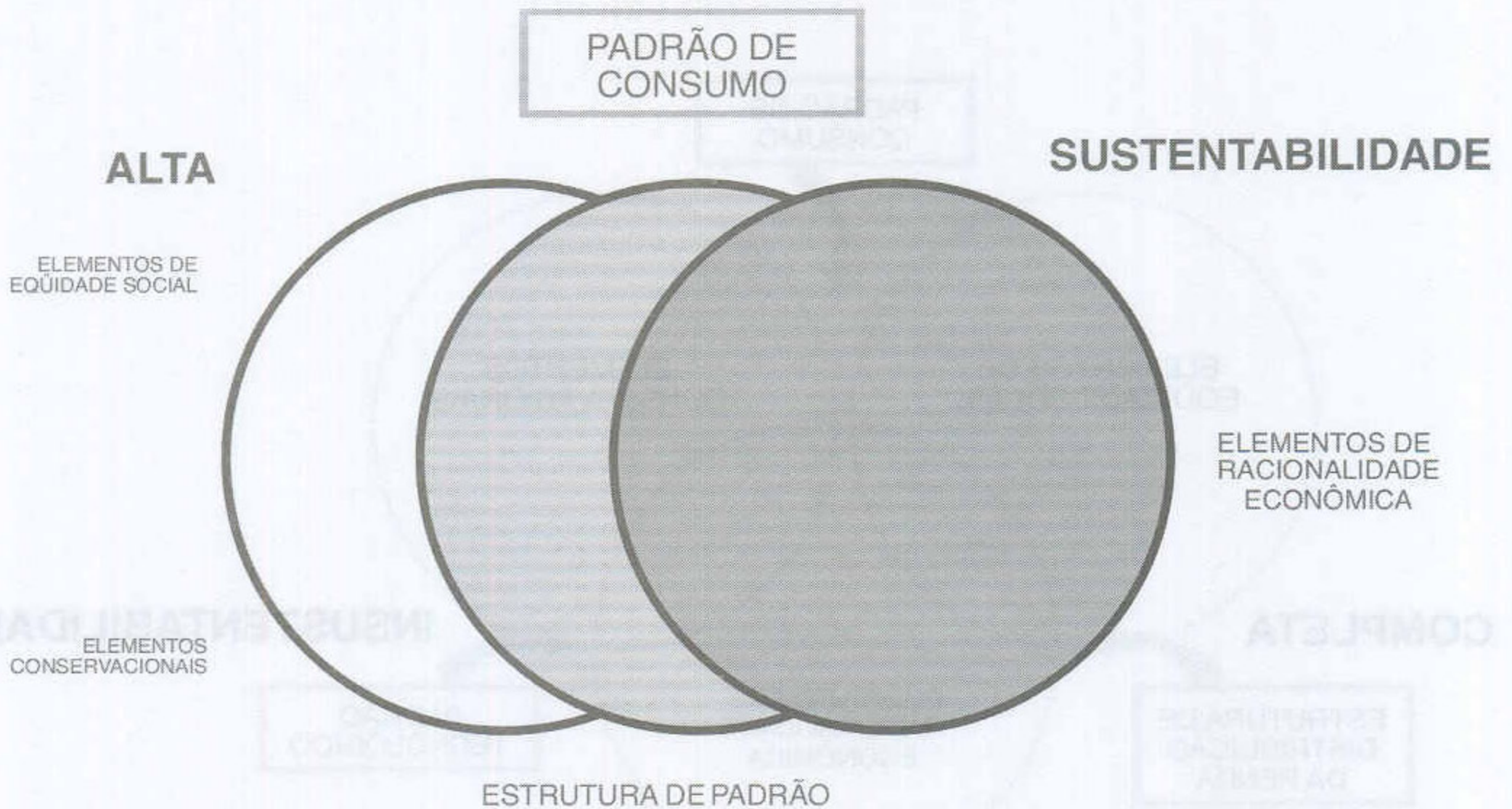
Fonte: Baseado em esquema de autor não identificado

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



Fonte: Baseado em esquema de autor não identificado





Fonte: BUARQUE, Sérgio C. - Metodologia do desenvolvimento Local e Municipal Sustentável - IICA - 1999.

Aplicação e adaptação do conceito à realidade do Brasil

As experiências de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável no Brasil têm revelado que o hiato social herdado do desenvolvimento recente gerou uma “insustentabilidade” maior que a depredação do meio ambiente. A dimensão social tende, assim, a se destacar, apesar da relevância de colocar a dimensão ambiental no centro dos debates.

Atualmente, no caso brasileiro, duas “insustentabilidades” são importantes:

- a instabilidade rural, que tem como base a opção estratégica pela hegemonia da agricultura patronal e a conseqüente baixa prioridade que se tem dado, no país, à reforma agrária e à agricultura de base familiar; e
- o modelo de combate à inflação adotado, que obteve sucesso no controle da elevação dos preços, mas gerou uma “macroinstabilidade”, com altas taxas de juros (entrave) e grande dependência externa (vulnerabilidade).

7.2 Mercedes Basco – IICA

O Enfoque de Gênero no Desenvolvimento Rural Sustentável

Considerando preocupações da agricultura familiar e também da CONTAG, o principal objetivo desta apresentação é colocar sobre a mesa, debater e chamar a atenção sobre uma série de interrogações que têm a ver com a participação equitativa de homens e mulheres nos processos de desenvolvimento rural sustentável. Que contextos sociais e que tipo de estratégias facilitam esta participação? Quais constituem obstáculos? Como incidem nos resultados de programas e projetos? Que características ou condições deveriam ter o capital humano e social para aproveitar as oportunidades do contexto e das instituições? E, finalmente, porque depois de aproximadamente 30 anos de debater a questão da mulher nas áreas rurais, e quase uma década da perspectiva de gênero, os impactos alcançados são, a meu critério, tão modestos, tão limitados.

Ao longo dos anos, o processo de desenvolvimento rural tornou-se complexo. No começo dos anos 70 se estabeleceu nas estratégias de desenvolvimento rural a importância da organização dos produtores como sujeitos ativos dos programas e da necessidade de definir conceitos e metodologias participativas.

Outro indicador de complexidade tem a ver com a crescente preocupação pela sustentabilidade dos recursos naturais e do meio ambiente, que começam a manifestar-se na metade dos anos 80.

Se há uma década o objetivo dos programas de desenvolvimento rural era incrementar o ingresso dos pequenos produtores mediante aumentos na produção e da produtividade, hoje a estratégia está ligada a agregação de valor e a capacidade para posicionar-se nos mercados.

Não obstante, a experiência vem demonstrando que esta complexidade é uma exigência da realidade, que redundará em ações mais eficazes e eficientes em função do desenvolvimento rural sustentável.

Nesta mesma linha, a incorporação eqüitativa de homens e mulheres pode parecer uma questão que vem a complicar mais o que já era complicado. Por que não ocupar-se primeiro em aumentar os ingressos dos pequenos produtores e depois ocupar-se das mulheres? A resposta é que as mulheres também fazem parte dos sistemas produtivos familiares. A exemplo de um estudo realizado pelo IICA e o BID, baseado em informações de 18 países da América Latina e do Caribe, se comprovou que, no Sul do Brasil, em Santa Catarina, a participação da mulher na força de trabalho familiar é de 42% e no Paraná alcança a 52% (Kleisen, B. 1996). Certamente, numa região como o Nordeste, estes valores seguramente são significativamente mais altos.

A abordagem desta temática foi realizada desde diversas concepções ao longo do tempo, vinculadas com as distintas teorias do desenvolvimento. Entre 1950 e 1970 aproximadamente, com o predomínio do desenvolvimento econômico, o enfoque predominante levou a mulher a desempenhar somente seu papel como esposa, dona de casa e mãe. Naquela época ainda não se visualizava o seu papel como produtora pelo que as ações institucionais estavam dirigidas ao melhoramento da nutrição, da saúde e da economia familiar. As instituições de tecnologia e extensão criaram áreas com denominações do tipo do Lar Rural.

No final da década dos anos 70 e dos 80 surge e se consolida uma visão do desenvolvimento centralizado na eficiência econômica, se aplicam políticas de ajuste estrutural e se implementam programas sociais focalizados nos grupos vulneráveis mais afetados pelas macropolíticas, dentre as que se encontra a mulher. Associada a essa corrente, figura o enfoque denominado Mulher no Desenvolvimento (MED), que destaca o papel da mulher como provedora e geradora de ingressos complementares

aos da renda familiar, mediante os projetos produtivos de grupos de mulheres. O referido enfoque teve uma versão mais radical, influenciada pelos movimentos feministas que promoveram a formação de grupos de mulheres para implementar atividades geradoras de ingressos que asseguraram a autonomia da mulher.

Esses programas estiveram a cargo principalmente das recentemente formadas Secretarias da Mulher ou de outros escritórios de hierarquia institucional diferente. Os institutos de tecnologia e extensão em geral não se envolvem neste tipo de projetos. Pelo contrário, se eliminam os departamentos orientados à mulher ou os recursos ficam notavelmente reduzidos.

Nos anos 90, ao mesmo tempo quando se aprofunda o modelo econômico neoliberal (abertura comercial, privatizações e desregulamentação, assim como a reforma do estado buscando a sua modernização e descentralização), surgem movimentos sociais que pressionam por uma melhor distribuição de renda e, no marco dos processos de democratização da região, enfatizam o citado enfoque de Gênero no Desenvolvimento (GED). Isso indica que o centro da polêmica é um novo aspecto da equidade social: a equidade de gênero.

Assim na década mencionada, as instituições vinculadas ao desenvolvimento rural vão se sensibilizando para considerar a perspectiva de gênero, embora ainda não tenha sido incorporada de maneira generalizada.

Por que se fala de gênero e não de sexo? “Quando se fala de sexo, se faz referência as diferenças biológicas entre o macho e a fêmea da mesma espécie, tratando-se de características naturais de difícil modificação. Quando se fala de gênero, se refere ao conjunto de características assumidas por homens e mulheres em uma sociedade que são adquiridas no processo de socialização. São as responsabilidades, pautas de comportamento, valores, trabalhos, gostos, temores, atividades e expectativas, que a

cultura atribui em forma diferenciada a homens e mulheres. Em outras palavras, é o modo de ser um homem respeitado ou de ser mulher em uma cultura determinada” (Projeto Ruta, 1996). Pelo menos o gênero, a diferença de sexo pode variar de uma sociedade a outra, de uma comunidade a outra.

Do mesmo modo que “sexo” é diferente de “gênero”, “gênero” é diferente de “mulheres”, e “diferenças” são distintas de “desigualdades”. Não obstante, as sociedades construíram ao longo da história, a partir das diferenças biológicas, desigualdades sociais entre mulheres e homens.

As relações de gênero são relações sociais inequitativas, como também são outras que ocorrem entre setores sociais em torno da distribuição desproporcional de renda, do poder e pelo menos das oportunidades para decidir suas vidas.

Nesta altura da apresentação convém perguntar: que tem a ver a iniquidade de gênero com modelos de desenvolvimento rural não-sustentáveis? Ou dito de outra maneira: como contribui a equidade de gênero ao desenvolvimento rural sustentável? Outrossim, em um contexto internacional globalizado não há ainda respostas contundentes no que se refere a tempo, efeitos, impactos diferenciais em distintos setores e atores sociais e em diferentes aspectos da vida cotidiana, é permitido se perguntar diante das possibilidades que têm as atrizes e atores sociais rurais de transformar seus papéis apontando a uma maior equidade.

Na verdade, nas áreas rurais já estão se produzindo mudanças importantes nos afazeres de mulheres e homens. Somente as instituições e as normas mudam mais devagar do que a realidade. As referidas mudanças podem se enquadrar numa série de modificações que constituem no que se chama “Uma Nova Ruralidade” (IICA, 1999). Se trata de uma iniciativa destinada a aproveitar algumas oportunidades que o mundo oferece nas fronteiras de um novo milênio.

Neste contexto, a atividade agrícola e o espaço rural adquirem um valor, um reposicionamento duvidoso: não é somente sua participação no PBI que é o mais importante parâmetro para estabelecer sua importância no desenvolvimento, mas existe um conjunto de outras variáveis de incidência econômica social, política e ecológica. Neste sentido podem se mencionar: o equilíbrio entre as regiões, a descentralização e desenvolvimento local, a inter-relação rural-urbana, as articulações horizontais e verticais entre agentes econômicos das cadeias produtivas, a gestão e manejo do meio ambiente e dos recursos naturais apontando a preservação da biodiversidade, a capacidade de geração de emprego rural, principalmente no agropecuário, a geração e distribuição equitativa de recursos e ingressos entre todos os membros familiares, a igualdade de oportunidades entre eles e fundamentalmente a capacidade dos atores desse espaço local para valorizar seu território, assim como se integrar com a globalidade sem perder sua identidade.

O enfoque de gênero permite, precisamente, analisar em forma específica: a) os papéis de homens e mulheres em diferentes âmbitos (reprodutivo-doméstico, produtivo, comunitário, político e cultural); b) o acesso, uso e controle (poder de decisão) sobre os recursos e benefícios de homens e mulheres; c) as necessidades, interesses e direitos e; d) as oportunidades de cada um.

O enfoque de gênero é operativo para melhorar as intervenções sociais em distintos níveis. Exemplificando, o planejamento do desenvolvimento rural que não contempla as necessidades diferenciadas de homens e mulheres em temas como terras, crédito, educação, capacitação, assistência técnica, participação e organização provocará dois efeitos negativos: 1. Inadequação das propostas para incrementar a eficiência produtiva, o ingresso e a qualidade de vida e 2. Falta de igualdade de oportunidades para a participação social e política que constitui a essência das democracias.

Para colocar em evidência a divisão do trabalho segundo o gênero, o enfoque de gênero em nível do sistema produtivo familiar permite orientar a investigação e extensão agropecuária logrando melhores impactos no conjunto do sistema. Estudos antropológicos detectaram pelo menos, a existência de cinco modelos de participação no sistema produtivo segundo gênero. Isto deveria constituir um forte sinal para levar em consideração por parte das instituições envolvidas na geração e transferência de tecnologia.

Se existem evidências de que este enfoque é funcional para a eficácia e eficiência das intervenções no desenvolvimento rural, por que não se incorpora plenamente? De onde provêm as resistências? O que está acontecendo?

O enfoque de gênero propõe mudanças nas relações pessoais e sociais. Toda mudança provoca certo nível de conflito, que envolve temores diante do desconhecido, ansiedades, medo de perder posições de poder adquiridas, entre outros. O conflito pode ser imaginado e manejado como uma catástrofe ou igualado às crises como uma oportunidade ou desafio para o crescimento. Isto depende de como se opera o enfoque de gênero.

Às vezes, algumas instituições têm dificuldades e resistências para incorporar esse enfoque, porque efetivamente houve ou há experiências que maximizaram o conflito e não tiveram impacto em nível familiar, organizacional ou comunitário. Em outro extremo, outras experiências procuraram minimizar o conflito por distintos motivos, porém o impacto esperado na incorporação da perspectiva de gênero em desenvolvimento rural.

De onde vêm os erros? Algumas estratégias tentaram ou tentam incorporar a mulher ao desenvolvimento isolando-as em parte para evitar o que supõem poder ser uma confrontação com os homens. Exemplos desse tipo de intervenção são alguns projetos produtivos exclusivos de mulheres, geradores de escassos ingressos complementares aos da propriedade familiar e pouco assistidos tecnicamente, ou seja, à margem de exigências de rentabilidade e das correntes de desenvolvimento.

Outras estratégias se basearam no isolamento das mulheres com a intenção de se preparar para uma confrontação que substitui o poder dos homens pelo das mulheres.

Na última década, abandonaram-se as posturas de isolamento da mulher e se propôs sua participação em âmbitos, grupos ou espaços compartilhados com o homem. Esta proposta foi realizada por meio de duas estratégias. Uma delas tentou minimizar o conflito sem planejar a questão da equidade, pois a mulher não estava preparada para participar em igualdade de condições e reproduzir em nível dos grupos mistos as relações de subordinação da esfera privada.

É freqüente escutar as camponesas demandar espaços próprios para tratar certos temas de mulheres (saúde reprodutiva, ciclos vitais, violência familiar). Isto explica sua limitada participação no âmbito público, historicamente no âmbito doméstico ou privado.

A partir das experiências comentadas surge uma nova estratégia que propõe que o enfoque de gênero não é passar o trabalho somente com mulheres para trabalhar com grupos mistos. Essa seria uma falsa dicotomia. O eixo fundamental da estratégia de intervenção deve ser colocado na modificação das relações de poder entre homens e mulheres, canalizando os conflitos por meio de metodologias apropriadas. Neste aspecto, se requer utilizar tantos os espaços exclusivos de homens ou exclusivos de mulheres como espaços compartilhados, segundo o grau de avanço na equidade de gênero que existe nesse grupo ou comunidade, de acordo com os problemas que estão tratando (biológicos, familiares, da propriedade, da associação, entre outros).

Como se mencionou anteriormente, se trata de modificar as relações de poder. Este pode se exercer de várias maneiras com conseqüências também diversas para a resolução dos conflitos. Como foi mencionado (Flora Tristán e Oxfam, Lima, 1997) o poder “sobre” significa dominação, subordinação, dependência. O poder “para” implica ter objetivos compartilhados, decidir, criar, transformar as idéias em ações. O poder

“com” aponta para a união grupal, a estar juntos/as, o constituir-nos e poder fazer algo com os outros/as. Por último, o poder “interior” que significa auto-estima, respeito aos outros, saber escutar e conhecer as necessidades próprias e as dos outros/as.

O exercício do poder “para”, “com” e “interior” é fundamental na construção do capital humano e social indispensáveis para aproveitar as oportunidades de participação que pode oferecer cada contexto social.

A criação desses novos estilos e espaços de exercer o poder não se produz espontaneamente. Uma adequada implementação do enfoque de desenvolvimento rural sustentável deve se profissionalizar com especialistas altamente qualificados e comprometidos/as, que sejam capazes de apoiar a diretores e técnicos nos processos de mudança minimizando os conflitos que necessariamente se produzem sempre que algo se transforma. O desenvolvimento rural requer especialistas em diversas disciplinas (ambientais, participação local, gestão empresarial, entre outras) que tenham uma visão sistêmica. O enfoque de gênero é sem dúvida mais uma transdisciplinariedade que nos compromete com o diálogo.

O tema gênero tem o atrativo de fazer evidente que o desenvolvimento rural é também, e principalmente, uma mudança de valores, atitudes e comportamentos individuais e grupais, que farão possíveis promover mudanças nas práticas produtivas, econômicas, sociais e ambientais, de maneira sustentável no tempo.

Bibliografia

CCIC, MACH e AQOCI. 1997 “The Halves Make a Whole: Balancing Gender Relations in Development” extraído do Manual de Capacitação no Gênero de Oxfam, Capítulo II, Williams, S e outros. Flora Tristán e Oxfam, Lima, Peru.

IICA-ASDI. 1999. “Perspectiva de Gênero na Nova Ruralidade”, Direção de Desenvolvimento Rural Sustentável, San José, Costa Rica.

IICA. 1998. “A Nova Ruralidade” (rascunho). Direção de Desenvolvimento Rural Sustentável. San José, Costa Rica.

Kleisen, B. Editora. 1996. Produtoras Agropecuárias na América do Sul. IICA-BID, San José, Costa Rica.

7.3 Roberto Moreira – CPDA/UFRJ

Desenvolvimento sustentável no espaço rural

Reconheço a complexidade do tema e destaco que a noção adequada (consensual) de sustentabilidade é a concepção de sustentabilidade social, que nas palavras dos organizadores do fórum está posta na viabilização da “produção sustentada de qualidade de vida para as populações rurais”.

Crítica à “revolução verde” no Brasil

- **Crítica da técnica**, levando em consideração o meio ambiente e os recursos naturais de uma outra forma, que implica numa reconceitualização da *natureza*, do *ser humano* e do *trabalho produtivo*. A crítica técnica impõe um novo requisito à noção herdada de desenvolvimento: o requisito de *prudência ambiental*. Como a prudência ambiental é vista pelas agências interlocutoras aqui presentes? Quais têm sido as suas práticas neste sentido? Há inconsistência de termos entre qualidade ambiental e qualidade social de vida?

- **Crítica social**, que se expressa no empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural-urbano, esvaziamento do campo, exploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade.
- **Crítica econômica**, referente aos custos em elevação. As crises do petróleo dos anos 70 impuseram no debate internacional e nacional a necessidade de mudanças para matrizes energéticas alternativas. Em termos econômicos, estudos apontavam que o modelo da revolução verde implicava na conjuntura que se seguia àquelas crises: custos produtivos crescentes devido à escassez relativa de recursos naturais, associada à sua matriz energética, ao uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos e à deterioração dos recursos de solo, água e condições de clima das produções agrícolas.

Associada à crítica ambientalista, emerge a possibilidade de novos modelos produtivos – agroecológicos, produção orgânica, produção natural etc – com perspectivas bioecossistêmicas e de diversidade produtiva.

A noção de espaço rural aciona a área de cultura, lazer e turismo, além da exploração de produtos artesanais. Aqui, impõe-se o reconhecimento de identidades culturais locais que envolvem as esferas próprias da cultura como a música, artes, além das manifestações de natureza religiosa.

Por último, chamo a atenção para a postura de flexibilização de políticas e para a criação e instalação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Neste sentido, é possível que as práticas de desenvolvimento sustentável do espaço local tenham diferentes conformações, dependendo do poder e do espaço econômico e político dos diferentes participantes.

7.4 Carlos Jara – IICA

Novos conceitos e estratégias de desenvolvimento rural

Um novo cenário demanda novos conceitos e perspectivas

Começam a concretizar-se novos enfoques sobre o desenvolvimento rural na América Latina, trazendo novos critérios metodológicos e novas perspectivas, elaboradas a partir da sistematização de experiências sustentáveis. Este final de século revela novas realidades no entorno econômico, político e ecológico mundial e regionalmente. Um novo cenário que obriga renovar a visão tradicional do desenvolvimento rural, que desafia os velhos modelos, que solicita um grande esforço de criatividade e de pensamento crítico. Sem dúvida, os conceitos tradicionais estão esgotados, mas ainda condicionam as políticas e marcam as estratégias. Estamos desafiados a mudá-los por outros, de nova geração, que possam dar conta de velhos e novos problemas.

As transformações no marco internacional explicam em boa medida os ajustes realizados nas políticas agropecuárias. A internacionalização da economia, impulsionada pelos países industrializados, os organismos internacionais e as grandes empresas transnacionais revelam uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo. O fenômeno da globalização – que tem suas raízes em processos técnicos e econômicos – expressa um novo estágio da sociedade, da economia e da política em escala mundial. Hoje, os acontecimentos e as macrodecisões que ocorrem em qualquer país estratégico do mundo produzem impactos que afetam a vida social e econômica em comunidades localizadas em lugares muito distantes. O novo cenário se caracteriza, entre outros fatores, pela eliminação das barreiras do livre comércio e o fortalecimento de poderes comerciais que operam em escala supranacional. A dimensão política mundial tornou-se muito complexa, emergem questões de natureza planetária, como a fome, a degradação ambiental, demandando soluções e esforços internacionais.

Na América Latina, mais de 240 milhões de pessoas vivem em condições miseráveis e sofrem uma patológica variedade de carências. Nos últimos anos, como efeito da crise no sistema mundial de acumulação (nos países asiáticos, México, Rússia e Brasil) e os correspondentes ajustes nacionais puxados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), talvez uns 120 milhões mais de latino-americanos tenham sofrido graves perdas nos seus níveis de consumo e de qualidade de vida. Mas, os efeitos da crise econômica e da deterioração social e política têm sido diferenciados. Em geral, a maior parte da população afetada pela negação do acesso às necessidades básicas e pelas precárias condições de renda e trabalho vive no meio rural. As oportunidades dos pobres rurais vêm sendo estruturalmente limitadas por uma baixa formação em capital humano para a produção e para a vida e, também, por relacionamentos institucionais e políticos excludentes, que quase impossibilitam o acesso aos ativos produtivos, particularmente à terra. A pobreza rural se revela associada a sistemas de produção tradicionais, em particular, à agricultura familiar, orientada principalmente ao mercado local, estadual ou regional.

Em geral, a produtividade deste grande segmento social dedicado à agricultura familiar é baixa. Junto à ela existem importantes esferas do setor agropecuário, que concentram as capacidades produtivas e aumentam cada vez mais seus níveis de produtividade, mediante a introdução de inovações tecnológicas. A crise produtiva da agricultura familiar – em grande parte de origem política e cultural – reduz a capacidade de demanda da grande maioria da população. Em algumas cadeias produtivas, milho, feijão, por exemplo, a produção moderna vai rapidamente afastando do mercado a produção familiar, configurando desequilíbrios comerciais. Em quase todos os países da região, a crise fiscal apaga cada vez mais as condições de formação de capital humano, financiamento, transferência tecnológica, organização empresarial e desenvolvimento das capacidades de gestão para o desenvolvimento da agricultura familiar. Isso traduz uma situação de desperdício das capacidades e o potencial dos pequenos agricultores. Fica muito difícil, quase impossível, concretizar o discurso da inserção desta agricultura marginalizada com os fluxos competitivos

do mercado global. Os incentivos e as transferências continuam sendo focalizadas na moderna agricultura empresarial. E isso leva à deterioração das relações de troca entre ambos os setores. O rico vai ficando mais rico e o pobre vai ficando mais miserável.

Entretanto, o mundo rural de hoje está determinado por uma multiplicidade de vínculos e articulações entre diferentes agentes e setores operando em um determinado território. Uma nova ruralidade que precisa ser entendida e trabalhada mediante novos conceitos e instrumentos de desenvolvimento.

A ruralidade de hoje é muito diferente, já não pode ser identificada exclusivamente com o setor agropecuário. As políticas rurais não podem continuar sendo formuladas apenas para o supracitado setor, perdendo de vista as outras dimensões e setores do mundo rural. Tampouco podem continuar na situação marginal ou residual que geralmente ocupam dentro das políticas macroeconômicas. Cada vez mais a sociedade rural representa um modo de vida articulado ao urbano, mesmo quando continua apresentando culturas específicas, identidades e relacionamentos sociais particulares. A perspectiva territorial – urbano/rural – apresenta potencialidades até agora invisíveis. Daí que, para entender os fenômenos que estão afetando a sociedade como um todo, e para tentar transformá-la, temos que incorporar a dimensão territorial, indo além da dimensão produtiva setorial. E isso exige formular políticas públicas dentro de uma dinâmica multissetorial e multidimensional, global/local, articulando o Estado com a sociedade civil.

Em termos sociais, vale a pena insistir que a pobreza continua sendo o principal desafio, a mais evidente vergonha decorrente dos modelos convencionais de desenvolvimento. Ela pode, mas não deve continuar sendo enfrentada com programas compensatórios. Porque o assistencialismo não permite dar sustentabilidade aos processos de desenvolvimento, matando o capital social da nova ruralidade. Na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, a pobreza rural é o produto e, ao mesmo tempo, uma

das principais causas dos desequilíbrios estruturais nacionais. Podemos afirmar que o desenvolvimento sustentável do país estará determinado no futuro próximo, mediante o papel assumido pelo Estado no meio rural. E isso é uma questão essencialmente política e cultural.

Desenvolvimento das pessoas, não das coisas

O conceito de desenvolvimento geralmente é associado à produção de bens materiais para a satisfação das necessidades básicas e o aprimoramento das condições de vida. Hoje, a proposta busca ser mais holística enfatizando o desenvolvimento humano, a partir do capital social, do capital político e da real democracia. O desenvolvimento sustentável é visto como uma expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientado para a satisfação das necessidades essenciais que estão presentes em todas as culturas, tais como: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, identidade e liberdade. A disponibilidade de bens materiais e serviços é interpretada como instrumentos ou metas para alcançar outras finalidades mais essenciais. Trata-se de enriquecer a vida humana. Pergunta-se, por conseguinte, como queremos viver? A resposta não está estreitamente ligada ao crescimento do produto econômico *per capita*. A ênfase está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser das pessoas, não necessariamente o que elas podem ter. Conceber as necessidades apenas como carência implica reduzir a realidade humana para a dimensão puramente fisiológica.

Segundo Manuel Chiriboga (ALOP,1998), entende-se por desenvolvimento rural sustentável o conjunto de intervenções que apontam ao crescimento sustentável de todas as formas de atividades econômicas no meio rural, à promoção, à participação e ao “empoderamento” dos grupos rurais, particularmente dos mais pobres e excluídos, consolidando suas organizações, assim com a melhoria das condições e qualidade de vida dessa população. Trata-se de intervenções socialmente inclusas, multissetoriais, solidárias com o destino das gerações futuras, preocupadas com a preservação do meio ambiente natural.

Pensando de forma sistêmica, podemos identificar cinco variáveis para visualizar a sustentabilidade de uma determinada estratégia de desenvolvimento rural: bem-estar econômico e produtividade, capital humano e qualidade de vida, capital social e consolidação de organizações locais, gestão institucional e manejo sustentável dos recursos naturais. Daí a impossibilidade de pensar em desenvolvimento rural em uma perspectiva setorial. Todas estas variáveis devem se articular nos objetivos dos planos e programas de desenvolvimento rural sustentável. E isso significa uma nova institucionalidade, um novo perfil profissional, novas formas de formulação e gestão das políticas públicas.

Para medir os efeitos destas intervenções, sugerimos aplicar os seguintes indicadores: a capacidade das sociedades rurais de mobilizar seus recursos produtivos endógenos, minimizando os subsídios externos e construindo auto-suficiência; a capacidade das sociedades para dar resposta aos problemas prioritários e tomar decisões inteligentes utilizando seus próprios conhecimentos; a capacidade das políticas públicas para gerar oportunidades de emprego e renda, incluindo grupos crescentes de pobres rurais; a capacidade de promover uma diversificação crescente de atividades econômicas e multiplicar as organizações sociais que as sustentam; a capacidade dos programas de gerar confiança, credibilidade e legitimidade nas instituições, um espírito inovador e participativo entre a população (M. Chiriboga, C. Jara. F. Jordán, IICA, Equador, 1999). Sem dúvida, o desenvolvimento rural sustentável parte de três premissas fundamentais: a necessidade de políticas macroeconômicas que minimizem a exclusão social e permitam a redistribuição dos ativos produtivos; os processos de democratização do Estado e da sociedade como um todo e, um modelo de gestão institucional das políticas públicas de natureza multissetorial e territorial. Porque o processo de “combate” à pobreza rural passa necessariamente pelo fortalecimento do tecido social, pela modernização das instituições e a construção de arranjos solidários e participativos. Como veremos, é o desenvolvimento do capital humano e social na população rural pobre, seu “empoderamento”, as forças que permitem ativar os esforços coletivos, públicos e

privados, que levam para o aumento do emprego e da renda, que aprimoram a qualidade de vida e possibilitam que as comunidades rurais possam influir nas decisões que afetam seu destino.

Mudanças nos enfoques tradicionais de desenvolvimento rural ¹

Neste trabalho procuraremos sistematizar novas perspectivas conceituais do enfoque do desenvolvimento rural sustentável, a partir da reflexão dos seguintes pontos:

Uma transição das intervenções institucionais dirigidas à unidade produtiva agrícola e pecuária para as atividades centradas na comunidade ampliada – a microrregião ou a microbacia.

Tradicionalmente os processos de desenvolvimento rural concentraram-se em ações dirigidas ao aumento da produção e da produtividade agrícola, fechadas na unidade produtiva. Os programas incorporavam um conjunto de ações unidimensionais, incluindo a assistência técnica, os investimentos em infra-estrutura (irrigação), o apoio financeiro e as atividades de capacitação e organização associativista. A visão esteve dirigida aos aspectos internos das formas agrícolas de produção. Os elementos externos à atividade produtiva não estavam diretamente interligados, como a comercialização e os serviços, geralmente não foram considerados como estratégicos. A abordagem ficava fechada nos aspectos econômicos, tecnológicos e produtivos, sem introduzir as questões relacionadas com a construção de canais de participação ou de novas organizações empresariais, fortalecendo o tecido social e institucional.

Sabemos que uma intervenção reduzida à introdução de inovações tecnológicas na esfera produtiva propriamente dita não é suficiente nem sustentável. A introdução de

¹ Os argumentos centrais sobre as mudanças nos enfoques foram formulados por Manuel Chiriboga, no trabalho de avaliação das estratégias de combate à pobreza no Equador. PROLOCAL/MBS/ IICA, 1999. O conteúdo é construção inédita do autor.

pacotes tecnológicos inadequados e exógenos, de insumos industrializados caros e os subsídios financeiros que asseguram artificialmente a rentabilidade apagou o potencial criativo latente dos pequenos produtores. Essa abordagem desconhece que os pequenos produtores necessitam de tecnologias de menor risco e, principalmente, que não há inovação tecnológica fora das relações homem/sociedade/natureza. O que tecnologicamente dá certo em um canto territorial do Brasil não pode ser generalizado para o conjunto da sociedade. É preciso, também, introduzir inovações gerenciais e institucionais que permitam a geração de excedentes agrícolas de menor custo e melhor qualidade.

A importância dos fatores externos, como facilitadores dos processos produtivos, levou à definição da **comunidade ampliada** (C. Jara, IICA, 1998) ou da microrregião como unidade de planejamento e intervenção. Essa perspectiva permite a agricultura familiar construir empreendimentos integradores e diversificados e, onde for possível, trabalhar articuladamente a cadeia produção/transformação/comercialização, introduzindo insumos intelectuais, fortalecendo a malha social para aproveitar as potencialidades locais e, principalmente, para oferecer eqüidade ao conjunto dos agricultores.

Essa transição da abordagem para a microrregião e território local vem sendo dinamizada pelas políticas de descentralização que repassam o poder decisório para os municípios, como também, para os espaços geográficos que apresentam características socioculturais homogêneas, cujas fronteiras tradicionais explicam a memória histórica e a identidade dos grupos intercomunitários. Esse processo está levando à formulação de uma nova lógica territorial para o desenvolvimento rural, procurando entender e articular o conjunto de relações de interdependência entre atores sociais e agentes econômicos (Francisco Albuquerque, BNB, 1998). Como veremos, é evidente que a heterogeneidade, como rasgo essencial do espaço rural, só pode ser manejada pela via de planos de desenvolvimento local. Cada território fica definido segundo seus atributos específicos, reduzindo o número de propostas e alternativas, orientando de forma adequada e sustentável as ações de desenvolvimento.

A visão territorial facilita a organização da gestão institucional de forma descentralizada e aumenta as possibilidades de participação social e parcerias entre os atores. O fortalecimento das capacidades de gestão em comunidades ampliadas e os trabalhos conjuntos levam a desenvolver relacionamentos de cooperação e responsabilidade. Trata-se de construir uma capacidade de desenvolvimento endógeno, em um determinado território, um município, por meio do capital social, incentivando a cooperação interempresarial, multiplicando os contatos e as relações de troca, com outros territórios. Isso constrói as condições de autogestão e auto-suficiência, no sentido de que a própria malha social e institucional fica com a capacidade para solucionar seus problemas, em particular, a satisfação de suas necessidades básicas. A auto-suficiência não significa isolamento, mas uma situação em que a sociedade local pode construir seu próprio futuro, sua base econômica e desenvolver-se principalmente a partir de seus próprios recursos.

Uma transição que passa de uma forma homogênea de intervenção ou de modelos que acomodam um conjunto fixo de componentes de desenvolvimento rural vistos como indispensáveis, para um esquema mais flexível e diferenciado de intervenção em escala local.

É indiscutível a diversidade de contextos nos quais as comunidades de pequenos produtores rurais se encontram envolvidos. A heterogeneidade do meio rural e da estrutura produtiva traduz um mosaico de situações sociais e formas de produção que revelam distintas lógicas de funcionamento. Isso significa que os pequenos produtores e os pobres rurais não constituem um segmento social homogêneo, não apenas com relação a seus vínculos com a terra, mas também, com referência ao conhecimento que possuem, a quantidade e a qualidade dos fatores de produção, as potencialidades, as vulnerabilidades, os modos de construir sua própria subsistência, os graus de organização e a disponibilidade de capital social. Além do mais, as comunidades rurais desenvolvem sua existência, segundo uma diversidade de pautas culturais que definem comportamentos e racionalidades diferentes.

Portanto, é um patético erro formular estratégias locais e políticas homogêneas de desenvolvimento. Porque uma intervenção considerada como adequada para um grupo de assentamentos rurais localizados na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, é improvável que também seja para outras comunidades rurais localizadas no Sertão. Cada forma de produção agrícola apresenta problemas particulares, cuja solução exige também propostas específicas. Cada espaço territorial possui dinâmicas produtivas, fluxos financeiros e estruturas sociais e políticas próprias, não cabendo a formulação de um modelo único de intervenção que seja funcional para uma variedade de situações.

Por conseguinte, é preciso aplicar uma estratégia de desenvolvimento rural que seja local e que considere a diversidade de atores e complexidade dos processos produtivos, procurando se adaptar a contextos de mudanças. Daí a necessidade de definir políticas diferenciadas para o desenvolvimento rural que possam responder às especificidades da pequena agricultura de base familiar. A limitada compreensão do caráter heterogêneo do processo de desenvolvimento econômico local é o erro que leva a resultados insustentáveis. O desenvolvimento rural sempre vai depender da forma como os atores locais visualizam e organizam o processo de produção social. Certo, não haverá nunca formulação de estratégias diferenciadas sem a participação social e o “empoderamento” dos agentes econômicos e organizações de produtores.

Das intervenções centradas quase exclusivamente na esfera agropecuária para estratégias que consideram os vínculos interssetoriais e as cadeias de produção, transformação, comercialização e consumo.

Conforme mencionamos, tradicionalmente os programas de desenvolvimento rural centraram sua intervenção na promoção de mudanças no interior da esfera de produção da agricultura familiar. Os problemas produtivos internos foram priorizados, visando incrementar os níveis de produção e de produtividade da terra e da mão-de-obra familiar. Os esforços estiveram dirigidos principalmente a construir uma agricultura eficiente:

uso racional dos recursos, adoção de tecnologias, organização de associações, rotação de culturas, diversificação de atividades produtivas, acesso ao crédito etc. Nessa visão, o rural era sinônimo de setor agropecuário, cujo papel clássico era gerar excedentes a serem transferidos para outros setores da economia. As políticas de desenvolvimento rural ficaram fechadas nesse setor, condicionadas pelo pensamento liberal defensor da suposta vocação agrícola dos países subdesenvolvidos, sem produzir mudanças importantes nas outras dimensões do desenvolvimento. O paradigma de progresso era definido pelos processos de industrialização e urbanização, significando que os excedentes gerados pelo setor – o esforço de acumulação – geralmente não foram reinvestidos na agricultura. O urbano foi separado do rural. Territórios inteiros foram excluídos de qualquer processo de modernização.

O enfoque convencional centrado na atividade agrícola não considerou o caráter multiativo da agricultura familiar (Alexander Schejtman, FAO, 1998). Não foram considerados os vínculos da esfera produtiva, da pequena agricultura de base familiar com outros setores e atividades, ou seja, as articulações com outros agentes da cadeia: produção primária, transformação, agroindústria e comercialização. Os processos externos ligados a uma determinada atividade produtiva, que geram e concentram valor, não foram devidamente considerados. A construção de redes de agentes territoriais e o acesso a serviços estratégicos, tampouco foram julgados como importantes. Como consequência, os excedentes produzidos pelos pequenos agricultores geralmente foram e são vendidos como produtos primários, sem valor agregado e de forma individual. As intervenções não prestaram, nem prestam especial atenção à informação de mercados, pior ainda à construção de um ambiente social e institucional inovador e democrático.

Esta forma de abordar o desenvolvimento rural, em muitos casos, levou ao desconhecimento das mudanças dos mecanismos que revelam os mercados rurais, suas características e imperfeições. A falta de um enfoque integrador que fomente o fortalecimento dos sistemas produtivos locais condicionou as intervenções fragmentadas

nos campos de comercialização, transformação e distribuição, consumo e, também, nos serviços de crédito rural. Esta ligação vertical e sem construção de redes horizontais que levem ao incremento da capacidade empresarial e organizativa determinou que os projetos sejam pouco sustentáveis. Muitos pequenos produtores organizados em associações perderam sua condição de agricultores “independentes” e se tornaram miseráveis, pelo fato de não se vincularem a processos integradores que melhorem sua produtividade e competitividade. Esse quadro de insustentabilidade não aproveitou as potencialidades e os recursos locais como insumos aos processos de desenvolvimento, gerando relacionamentos de dependência.

As novas perspectivas de desenvolvimento rural buscam entender melhor o funcionamento dos mercados rurais, suas imperfeições, procurando ter uma visão realista dos encadeamentos de valor e das redes de agentes econômicos envolvidos. Entendem bem que o desenvolvimento rural requer diversidade e complementaridade econômica. Procuram ter um melhor conhecimento dos fatores externos vinculados à cada atividade produtiva para a tomada de decisões inteligentes, que permitam aos pequenos produtores de base familiar reduzir o número de elos de intermediação, comercializar com eficiência, incorporar valor, competir nos mercados e incrementar a renda familiar de forma significativa.

Cabe notar que o mercado sempre é um bom orientador dos processos produtivos, mas seus sinais ou mensagens não são suficientes em termos de desenvolvimento rural sustentável. Porque o mercado – instituição eficiente para alocar recursos econômicos quando existem situações concorrenciais – quase sempre orienta os investimentos *a posteriori*, por meio de fluxos já dados de preços relativos, partindo de decisões fragmentadas, geralmente definidas pelo curto prazo. A livre movimentação das forças do mercado, as demandas que expressam – as quais os agentes econômicos locais e as associações devem se adaptar, não considera as necessidades sociais dos pobres rurais (César Benjamin, 1995). Sempre será necessário a contribuição do capital social

e do capital político, o acesso a recursos estratégicos empresariais, em particular, informação e financiamento apropriado, e também o apoio dos governos locais, como facilitadores dos processos, criando um marco sistêmico de competitividade territorial. O desenvolvimento rural sustentável não pode ficar unicamente ao gosto e sabor do mercado. Os valores culturais, a articulação do tecido empresarial e social e uma institucionalidade eficiente e eficaz, comprometida e transparente, são elementos essenciais da sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Há no espaço rural brasileiro, além dos agricultores de base familiar, um enorme exército de desempregados, sem-terra e sem capacidade para se inserir no mercado de trabalho não-agrícola. Sabemos que, por falta de rentabilidade, poder e conhecimentos, os agricultores são expulsos para as periferias urbanas onde geralmente não existem suficientes oportunidades de absorvê-los. As indústrias, sem barreiras alfandegárias e perante a liberação das importações, têm sofrido um grande golpe estrutural, sendo forçadas a modernizar-se ou a desaparecer. Muitas se modernizam gerando desemprego, eliminando o que a sociedade brasileira tem em abundância: mão-de-obra. Muito da tecnologia moderna produz o “efeito Frankenstein” e se volta contra as próprias sociedades que a aplicam, provocando desemprego e marginalização. Esse efeito tem solução, desde que políticos e técnicos possam mudar a forma como pensam o desenvolvimento. É possível, como tendência, que o setor agropecuário ocupe cada vez menos trabalhadores. As políticas de modernização agropecuária tendem, mais cedo ou mais tarde, (em função da crescente mecanização) a incrementar esse excedente de trabalhadores; a baixa produtividade indica que os processos de modernização setorial determinem o aumento do supracitado excedente.

A viabilização de esquemas produtivos integradores e a organização de empresas associativas, ligadas aos diferentes elos da cadeia agroalimentar, são certamente uma importante estratégia para a geração de oportunidades de emprego rural. Os planos de desenvolvimento devem promover outras atividades produtivas e se comprometer com a geração de emprego produtivo e o aprimoramento do mercado de trabalho local.

Ativar políticas de desenvolvimento econômico local que gerem desemprego vira um genocídio. Daí, a importância de mudar o paradigma de desenvolvimento rural. A urgência de construir uma nova visão de desenvolvimento nacional partindo do rural. A necessidade de impulsionar as iniciativas empresariais inovadoras locais e de formular propostas que incluam o desenvolvimento rural, que possam multiplicar as redes de pequenas empresas rurais, agrícolas ou não, integradas a cadeias agroalimentares, com possibilidades de acessar aos sistemas financeiros e aos conhecimentos tecnológicos.

Essa visão ampliada do desenvolvimento rural em escala local abre um cenário de novas possibilidades de emprego e renda e competitividade muito mais sustentável. Além do mais, as novas estratégias devem gerar efeitos de difusão econômica e equidade para os pobres rurais fora das supracitadas cadeias, nos diversos campos da prestação de serviços, produção artesanal, turismo rural ecológico etc. O processo de planejamento local deve identificar estas oportunidades, analisar a real perspectiva de inserção no mercado, as demandas de capital humano, as capacidades, as habilidades e as necessidades de informação (Manuel Chiriboga, IICA, 1999).

Da tomada de decisão limitada ao processo produtivo para uma abordagem que parte da lógica dos mercados e das perspectivas de valor agregado para o planejamento das atividades produtivas.

Como anotamos, nos esquemas tradicionais de desenvolvimento agrícola e rural, a preocupação principal esteve centrada no aumento da produtividade e dos rendimentos, sem uma real atenção à dinâmica do mercado. Como afirma Chiriboga (1999) nas decisões políticas de alto nível, o critério dominante era que o mercado sempre tinha capacidade para absorver os pequenos excedentes agrícolas e, também, o suposto que os preços dos produtos primários da agricultura familiar (sem valor agregado) tinham um comportamento relativamente estável.

Certamente, essa abordagem correspondia a um modelo fechado de economia e, por conseguinte, a uma política de preços controlados – protecionismo interno e estabilidade monetária. No presente, a combinação de um conjunto de fatores, tais como: o desmonte do Estado, os processos de inflação, a abertura comercial, a liberalização dos preços, a desregulamentação do capital, a flexibilização do mercado de trabalho, entre outros, simplesmente mudaram o cenário.

No presente, os produtores agrícolas, os agentes econômicos locais e a cadeia de empreendimentos estão obrigados a construir uma visão de conjunto, entender os sinais do mercado e a complementar-se, articulando seus recursos, coordenando decisões, maximizando as potencialidades ao longo da cadeia produtiva. Só dessa forma os pequenos produtores organizados em empresas poderão competir, gerando oportunidades de emprego. Neste mundo de economias abertas, os sistemas produtivos são os que competem e não as empresas individuais e as associações.

As empresas geralmente estão imersas num complexo vínculo: pequenas associações, instituições financeiras locais (IFIs), serviços de assistência técnica e pesquisa, capital humano, articulação de agentes econômicos, sistemas de informação, articulação de atores públicos e privados, parcerias entre o Estado e a sociedade civil etc. É a sinergia de fatores que possibilita uma empresa local, uma associação de agricultores de base familiar, apresentar-se como uma unidade competitiva (Alexander Schejtman, FAO, 1994).

Na economia capitalista dos países da periferia – que operam num quadro de abertura dependente – realmente poucos são os pequenos agentes econômicos que têm capacidade de sobreviver individualmente. Isso ocorre baseado nas próprias regras do mercado, que leva para a concentração do capital, renda, riqueza, informação e poder. As mudanças tecnológicas e gerenciais estimuladas pela competitividade, em uma economia aberta, deixam uma seqüela de desemprego, também aberto. O sistema

econômico dominante coloca na mesma arena a galinha e a raposa. Sabemos que o livre mercado jamais é livre e que quando a competitividade se estabelece entre empresas desiguais uma delas geralmente vai à falência.

Esse mercado contrapõe no mesmo circuito pequenas e grandes empresas, informação e desinformação, tecnologia avançada e péssima tecnologia, monopólios e microempresários. Certo que os encadeamentos de empreendimentos permitem construir sinergias que aumentam as perspectivas de sustentabilidade econômica. Mas sempre vai ser indispensável a intervenção do governo local, como catalisador das forças sociais em torno de objetivos coletivos, e do capital social enriquecido por laços de solidariedade. Numa sociedade atomizada e contaminada pelos conflitos, movida pela lógica do lobo, fica muito difícil implementar estratégias e políticas que contenha, com a parceria e reciprocidade dos atores sociais e agentes econômicos, a condição fundamental para qualquer transformação.

A perspectiva de organizar os processos produtivos das pequenas empresas rurais, agrícolas ou não, partindo da demanda dos mercados, muda o rumo e conteúdo dos processos de desenvolvimento rural. Existem sempre diferentes caminhos para resolver os problemas das sociedades locais. Há necessidade de capital humano e acesso à informação atualizada e suficiente sobre os aspectos essenciais do desenvolvimento local, tais como: o zoneamento ambiental, o enfoque estratégico no planejamento, as alternativas de diversificação produtiva, e as estratégias de comercialização, incluindo sistemas de classificação, apresentação, homogeneidade, transformação agroindustrial e estilos de gestão.

O grau de competitividade das empresas locais, qualquer que seja seu tamanho, depende da sua capacidade de oferecer produtos ou serviços de boa qualidade a serem vendidos a preços que lhes assegurem lucros elevados. Essa capacidade, por sua vez, é determinada pelo acesso ao conhecimento e à informação, ao grau de capital humano,

e à capacidade de introduzir inovações que melhorem a aceitação dos produtos, perante os concorrentes. As principais fontes de alimentação desse processo de inovação é o acervo de conhecimentos e informações disponíveis e acessíveis aos atores sociais, institucionais e agentes econômicos. Quanto mais funcionais forem os conhecimentos técnicos e organizacionais para a resolução dos diferentes problemas – desde a escolha do produto ou serviço, por meio da cadeia, até sua valorização no mercado – maior será o grau de competitividade sistêmica.

De uma gestão burocrática e centralizada dos programas de desenvolvimento para um estilo de administração que considera a participação da sociedade civil, assim como as instituições regionais e locais, públicas ou privadas, para sustentar os processos.

A abordagem tradicional considera que a gestão e a orientação dos processos de desenvolvimento rural é responsabilidade exclusiva do Estado central, por meio das instituições especializadas. O que geralmente movimenta a máquina burocrática não é a lógica do conjunto dos atores sociais, nem as demandas da sociedade civil, nem a falta de capacidades locais ou *déficit* de capital humano, mas a cobiça de autoridades e de grupos políticos de submeter os programas de desenvolvimento a seus interesses partidaristas ou particulares. Todo programa de desenvolvimento, como expressão de uma política pública, é um patrimônio público, pertence a todos e é para todos, não pode ser objeto de *rent seeking*.

A característica que definia a gestão dos programas tradicionais de desenvolvimento rural era a intervenção direta na vida econômica e social, como resposta tanto à expansão do capitalismo, quanto às crescentes demandas da população rural. Uma determinada forma de articulação entre o Estado central e a sociedade local é a mistura do assistencialismo, patrimonialismo, corrupção, legitimação, regulação social, fomento ou auxílio ao processo de crescimento econômico, correção das imperfeições do

mercado, manutenção da harmonia social, estratégia de integração social, medo do fantasma do comunismo, preservação da mercadoria, força de trabalho, cooptação social seletiva e, também, resposta solidária às heterogêneas realidades de miséria, pobreza e exclusão social.

O arranjo institucional de suporte à política tradicional de desenvolvimento rural buscou incorporar, ao seu redor, o conjunto dos instrumentos supostamente indispensáveis para movimentar os processos e as atividades. Essa gestão burocrática, tecnocrática, hierárquica, lenta e ineficiente era implementada por uma máquina administrativa marcada pela descoordenação, desarticulação, superposições e falta de transparência. A centralização (federalização) política, financeira e institucional esvaziaram as capacidades das sociedades locais e, via de regra, procuraram evitar a participação da sociedade civil organizada na esfera de tomada de decisões, pior ainda do movimento social. Os planos e projetos passaram a ser tecnocraticamente concebidos e geridos. Esta centralização do processo decisório e da gestão financeira determinou o papel do Estado como provedor dos serviços de assistência técnica, capacitação, crédito e apoio à comercialização, bem como construtor ou negociador das obras de infra-estrutura. Esta última função – o culto às obras faraônicas – representou uma importante modalidade de apropriação privada de uma fatia do patrimônio público, em nome da modernização. Políticos, burocratas e tecnocratas criaram suas próprias clientelas, nas palavras do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, os “anéis burocráticos” com as empreiteiras privadas, eliminando quase todos os canais de controle público.

Com certeza, esta política e modelo de gestão não é e nem será sustentável. O fracasso deste estilo de intervenção estatal materializou-se no fortalecimento da subalternidade e da cidadania passiva, enfraquecendo a institucionalidade local. Certamente, nenhum esquema de desenvolvimento local é sustentável baseando-se predominantemente na **gestão de atores e fatores externos**. Os territórios rurais, objeto de intervenção dos programas de desenvolvimento rural, em muitos casos, viraram plataforma de dominação

de classe. Muitas das organizações de produtores ficaram fechadas dentro de esquemas autoritários, manipulados pelas unidades executores de forma populista e demagógica. Ao final das intervenções, os atores locais ficavam dependentes dos agentes externos. Em geral, não se levava em conta a institucionalidade local. Os vínculos que foram estabelecidos com a sociedade civil organizada (sindicatos, ongs etc.) que oferecem programas de apoio à pequena produção geralmente são muito fracos.

As novas propostas de desenvolvimento rural buscam a promoção das instituições e organizações locais, bem como de agentes de desenvolvimento capazes de responder às demandas dos pequenos produtores. O desenvolvimento rural sustentável pressupõe a existência de capacidades e incentivos em diversos campos. As instituições locais devem ser eficientes e efetivas, solidárias e participativas. Existem muitas dificuldades para construir organizações locais sustentáveis. Elas requerem marcos legais e políticas adequadas, capacitação dos quadros técnicos e gerenciais, sistemas de gestão simples, informação, sistemas de acompanhamento, avaliação, prestação de contas e canais de participação. Geralmente são necessários apoios e subsídios específicos externos que permitam as organizações e instituições locais consolidar-se, “empoderar-se” e articular-se em rede.

No campo específico do crédito é imprescindível promover o desenvolvimento de sistemas financeiros rurais. Na presente conjuntura, tanto no Brasil quanto no Equador, é ilusório e pouco realista pensar que a bancada convencional possa assinar recursos financeiros para esquemas desenvolvimento local conduzidos por pequenos produtores rurais. Mas, sem recursos financeiros não é possível ajudar a ruptura do círculo vicioso da agricultura familiar, baixa renda, baixa capacidade de poupança e baixa rentabilidade. Tanto mais urgente é a construção de um sistema de financiamento rural que ultrapasse o esquema convencional, quanto à existência da consciência de que a geração de emprego produtivo e o fomento do tecido empresarial local exige a presença de mecanismos financeiros flexíveis. É indispensável promover e fortalecer as instituições

financeiras sustentáveis, permitindo que um maior número de pequenos agricultores tenham acesso ao crédito, aumentando a oferta de recursos financeiros e operando sobre a base de requerimentos variáveis. Esta nova institucionalidade deve se apoiar em um adequado sistema de informação e assistência técnica, mas as políticas macroeconômicas atrapalham esta perspectiva. As elevadas taxas de juros condenam à falência a maioria dos pequenos agricultores.

Essa flexibilidade, entretanto, não significa mobilizar créditos com taxas de juros subsidiadas, preços e garantia preferenciais ou qualquer outro subsídio que possa criar distorções no mercado financeiro. É indispensável construir ou fortalecer uma institucionalidade financeira que ofereça linhas de crédito ajustadas às características da pequena agricultura familiar. Isso significa que as instituições financeiras locais (IFIs) devem ajustar sua gestão às características do projeto produtivo, em lugar das iniciativas das pequenas empresas adaptarem-se às exigências dos intermediários financeiros. É preciso levá-las para as fronteiras das pequenas unidades familiares e empresas camponesas, descentralizando suas operações, construindo sucursais móveis. Esta institucionalidade deve conhecer os ambientes rurais que operam, capazes de dinamizar a circulação do dinheiro nesse âmbito. Devem respaldar-se em mecanismos de garantia e aval que facilitem o financiamento de propostas econômicas inovadoras.

Existem muitas organizações de pequenos produtores rurais que revelam um potencial produtivo significativo, podendo ser ativado com a entrega seletiva de recursos financeiros, articulados a processos de capacitação e acesso ao conhecimento, procurando viabilizar o desenvolvimento de capacidades gerenciais. Os pequenos produtores rurais necessitam de acesso regular a recursos financeiros para realizar investimentos que lhes permitam incrementar sua renda. É desejável que o desenvolvimento econômico local se apoie, principalmente, na diversificação da produção dirigida a mercados diferenciados. Isso pode acontecer mediante o financiamento de **projetos integradores** que possam multiplicar e dinamizar os **vínculos**

intersectoriais, ou seja, as articulações entre as atividades produtivas agropecuárias e não-agropecuárias, entre os segmentos e as dimensões. Porque a expansão das oportunidades de emprego para os pobres rurais ultrapassa a esfera da produção agrícola. Alexander Schejtman (1998) afirma:

“O paradigma clássico sobre o papel da agricultura nos processos de desenvolvimento centrava-se nos aportes esperados da agricultura ao desenvolvimento geral e ao urbano/industrial em particular, destacando que este papel consistia na transferência do campo para a cidade de poupança, alimentos, divisas etc. Pergunta-se, qual poderia ou deveria ser a contribuição do desenvolvimento urbano ao desenvolvimento agrícola? Esta pergunta rara vezes é formulada parecendo prudente colocá-la nesta altura em que, por um lado, a brecha de desenvolvimento entre as metrópoles e os espaços urbanos, qualquer que seja a definição, é extremamente grave e não mostra sinais de redução, e, por outro, o acelerado incremento dos vínculos entre o rural e o urbano começam a apagar seus limites”.

Trata-se de ampliar, também, a base produtiva não-agropecuária, articulada com esse conjunto de atividades, relacionadas com a chamada “agricultura ampliada”. Isso é o resultado das mudanças na tecnologia de produção, formação de capital humano, acesso a insumos e à informação, por meio de mecanismos de financiamento.

Em princípio, é necessário criar redes regionais de Instituições Financeiras Locais (IFIs), para estabelecer uma sinergia de atores e pressionar a participação dos governos locais. Um mosquito financeiro não faz nada a esse pesado rinoceronte formal que representa o monopólio financeiro privado, mas uma nuvem de mosquitos pode vencê-lo. É um esforço estéril persistir no desenho de um sistema financeiro rural para ativar os processos econômicos da pequena agricultura sem construir uma capacidade de negociação política. Porque o poder de negociação das organizações de produtores agropecuários é fraca demais.

O desenho desse sistema alternativo de financiamento rural deverá fortalecer e valorizar as experiências das ongs neste campo. Elas operam de forma descentralizada, têm maior autonomia, flexibilidade e independência para operar um sistema financeiro alternativo; podendo superar as exigências tradicionais de garantias para concessão de créditos. Este sistema de redes institucionais financeiros agrupadas de forma territorial aglutinaria o conjunto de entidades privadas em operação. É indispensável pensar em uma parceria entre intermediários financeiros privados e entidades públicas, operando dentro de um esquema de desenvolvimento, sem ânimo de especulação. Os poderes públicos locais devem apoiar o estabelecimento de agências territoriais de financiamento seletivo que fomentem o desenvolvimento local. De outra maneira, será possível aumentar a geração de excedentes e possibilitar a capitalização dos municípios rurais onde estão localizadas as pequenas empresas rurais.

Propõe-se uma estratégia fundamentada na articulação de uma rede de agentes financeiros e de atores econômicos e políticos regionais. As entidades locais de financiamento podem financiar, como sócias, investimentos dirigidos ao estabelecimento de empresas territoriais que executem **projetos integradores**, formulados a partir de um plano de desenvolvimento local, com respaldo do governo municipal. A sustentabilidade dos sistemas financeiros depende em última instância da eficiência e eficácia das organizações e instituições financeiras (M.Chiriboga, 1999).

De uma abordagem que não prioriza a questão do acesso à terra para um enfoque que explora alternativas de acesso a esse recurso fundamental, particularmente mediante operações de mercado.

A falta de acesso à terra continua sendo uma das características mais injustas dos pobres rurais. Na maioria dos países latino-americanos, quando se observa o segmento mais baixo da estrutura de distribuição da terra, segundo o tamanho das unidades

produtivas, vemos como os números absolutos das pequenas unidades de base familiar continuam crescendo e, que a terra nesse segmento fragmenta-se mais. Nas propostas convencionais de desenvolvimento rural, a questão da terra não foi considerada de importância estratégica. Ao contrário, os programas estiveram focalizados nos pequenos proprietários rurais, ou seja, nos agricultores de base familiar já proprietários. Muitos esquemas de desenvolvimento rural foram financiados simplesmente para substituir a reforma agrária. Hoje, estes programas geralmente ocuparam um lugar marginal nas agendas de desenvolvimento dos governos e, por conseguinte, as intervenções nesse campo limitaram-se à titulação da terra, tarefa encarregada às instituições competentes, como o Incra. Os estados geralmente “empurram com a barriga” os processos de reforma agrária, apenas dinamizados pela força do movimento social.

Embora o caráter de política marginal seja a tônica da reforma agrária atual, verifica-se um aumento significativo das demandas que a sociedade vem promovendo para possibilitar o acesso à terra aos minifundiários e aos trabalhadores sem-terra. A resolução do desemprego rural, em países como o Brasil, é um problema ligado à distribuição da terra. Além das possibilidades de criar empregos extra-agrícolas (serviços, agroprocessamento, insumos, manufatura, comércio, construção de infra-estrutura etc) devendo ser incentivados a partir dos municípios rurais.

A questão do acesso à terra é fundamental para favorecer e aprimorar as condições de vida da maior parte da população rural sem-terra e minifundiária. Neste sentido, existe a vontade política de formular novos conceitos de “reforma agrária” para reorientar as intervenções institucionais nesse campo, levando em conta, principalmente, a dinâmica dos mercados de terra. Existem conjunturas de crise econômica geral que determinam a queda dos preços da terra para uso agropecuário. Daí a necessidade de analisar e formular mecanismos que permitam aos pequenos produtores sem ou com pouca terra adquirí-la no mercado, de forma organizada. Geralmente os processos de reforma agrária conduzidos pelo Estado incorporam procedimentos muito lentos, pecam pela falta de

transparência e configuram relacionamentos de dependência entre assentamentos e os institutos especializados. Existem estudos baseados em experiências bem-sucedidas que revelam como as intervenções facilitam o acesso à terra, via mercado, por exemplo, entregando créditos seletivos e preferenciais a organizações qualificadas, que previamente negociaram a compra de uma propriedade a preços de mercado. Representando um mecanismo rápido e barato e mais transparente que as tradicionais reformas administradas pelas instituições oficiais (Manuel Chiriboga, IICA, 1999). Por outro lado, estes mecanismos, são empregados para diminuir a combatividade do movimento social.

Os processos de descentralização, que envolvem um conjunto de atividades e mecanismos para o repasse da tomada de decisões e prestação de serviços de um nível maior para outro menor ou local, estão promovendo novas modalidades de reforma agrária. Muitos municípios, por meio de instituições especializadas locais, são agora responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento local, incluindo atividades que buscam regularizar a permanência na terra e organizar o cadastro rural. Os processos de descentralização configuram uma variedade de arranjos locais que, pela especificidade, não se situam dentro das grandes diretrizes de reforma agrária nacional. O governo local sempre tem um entendimento mais claro da lógica das instituições e dos sistemas agrários locais e, por conseguinte, podem identificar formas alternativas de reforma fundiária e do acesso à terra, com maiores possibilidades de usar adequadamente o mercado regional de terras. Prefeitos e vereadores, operando em contextos locais empobrecidos e que atravessam por processos de democratização, são forçados a dar respostas às pressões dos trabalhadores sem-terra, negociando esquemas de acesso à terra com os latifundiários locais (Alain de Janvry, 1993).

De uma perspectiva que somente considera como importante a dotação de capital físico e financeiro à outra que enfatiza o papel do capital humano e do capital social.

O investimento em capital humano contribui significativamente à distribuição da renda. Distribuir conhecimento e informação é uma das formas de distribuição da riqueza. É preciso valorizá-lo e entendermos que estamos falando de um investimento a médio e a longo prazo. Representa uma mudança importante nos paradigmas tradicionais de desenvolvimento rural. Como foi dito, o objetivo central dos programas jurássicos de desenvolvimento rural era valorizar os recursos materiais da agricultura familiar, mediante o acesso ao crédito, à tecnologia e à irrigação, considerados como escassos, procurando aumentar a produtividade. Não era prioritário o investimento em capital humano e social. Hoje, após avaliar a falta de sustentabilidade de diversos esquemas de desenvolvimento rural, a disponibilidade de recursos humanos formados, capacitados e motivados, é considerada tão importante como o acesso a ativos produtivos.

O conhecimento é interpretado, cada vez mais, como fonte de poder. No desenvolvimento econômico local, o conhecimento virou um elemento muito mais importante que os outros fatores de produção, simplesmente porque o progresso tecnológico vem reduzindo a demanda de capital financeiro por unidade de produto e, também, porque permite construir condições de auto-suficiência e sustentabilidade. O impacto da globalização na economia e na sociedade rural, os processos de abertura e a integração de mercados, as políticas macroeconômicas e, também, as reformas na institucionalidade pública colocam em primeiro plano a importância do investimento em capital humano. Esse investimento se revela como vetor estratégico para aprimorar e sustentar os outros fatores básicos que configuram o desenvolvimento sustentável: o capital social, o fortalecimento do tecido associativo, a gestão ambiental, a geração de oportunidades de trabalho e renda, o aumento da participação social, a gestão empresarial, a preparação dos excluídos para o exercício da cidadania e a valorização da cultura. As políticas de formação de recursos humanos e os mecanismos, que favorecem o acesso ou geração de novos conhecimentos, são elementos determinantes da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento rural. Representam um fator potencializador das atividades produtivas, do “empoderamento” das pessoas, comunidades, atores sociais

e institucionais. O capital social, a equidade e a utilização racional do meio ambiente dependem cada vez mais da forma como cada sociedade enfrenta a formação do capital humano.

As pressões competitivas e o avanço tecnológico global demandam produtores e empreendimentos territoriais (urbanos e rurais) dotados de novas habilidades e conhecimentos. A competitividade de um determinado território (município, região) não depende apenas da qualidade do capital político (lideranças políticas, comunitárias, gerentes sociais, técnicos governamentais), mas do nível de conhecimentos e formação dos agentes econômicos, lideranças empresariais e institucionais. O conhecimento reduz a necessidade de matérias-primas, trabalho e espaço. O tempo passando a se transformar em recurso essencial do desenvolvimento econômico local. As novas oportunidades de trabalho exigem uma mistura de conhecimentos em diversos campos. É indispensável transmitir o chamado “*know how*”, técnicas apropriadas, destreza em gestão e administração empresarial: planejamento, programação, tomada de decisões, comercialização, gestão de recursos financeiros etc.

Nesse quadro de tendências, o trabalho na esfera agrícola, nas cadeias produtivas, provavelmente será um trabalho controlado por gerentes e produtores qualificados, estará orientado à solução de problemas específicos e exigirá muita informação e flexibilidade, cooperação dos produtores associados, ambientes de criatividade, aprendizagem de aptidões e conhecimentos práticos, visão sistêmica. Os pequenos agricultores e pequenos empreendimentos associativos precisam atuar de maneira estratégica, tomar decisões inteligentes, ter uma visão integral de sua própria situação, suas vulnerabilidades e potencialidades, fortalezas e oportunidades.

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável precisa do fortalecimento do capital social, que inclui as relações de reciprocidade e solidariedade entre atores sociais, comunidades, agentes econômicos, organizações, empreendimentos, instituições etc. A idéia da importância do capital social, ou seja, das redes e mecanismos que permitam

as comunidades articularem-se para enfrentar crises externas ou internas, e sustentar suas estratégias de desenvolvimento, resulta fundamental. Capital social diz respeito à capacidade e à vontade dos grupos comunitários para trabalhar juntos, em parceria. A idéia de construir uma nova institucionalidade e fortalecer as organizações torna-se uma necessidade estratégica, pois depende da possibilidade de participar mais ativamente nos processos de desenvolvimento.

Temos que valorizar os relacionamentos de cooperação entre organizações. Não existem comunidades sem normas e práticas de reciprocidade. No meio de uma cultura marcada pela subalternidade, sempre existem sentimentos e condutas solidárias. Não há comunidades sem potencial para construir capital social. Temos que identificar estas normas e valores nos grupos e atores locais, as redes informais de ajuda coletiva. A eliminação dos relacionamentos de subalternidade e a abertura de espaços de participação e diálogo possibilitam o renascimento do capital social. É preciso implementar estratégias de intervenção que multipliquem os contatos e as oportunidades de criar relacionamentos de sociabilidade e cooperação e facilitar o acesso das comunidades excluídas à informação. A democratização do poder local abre possibilidades para este desenvolvimento. A confiança, a cooperação, a identidade e a reciprocidade criadas no microcosmos comunitário podem mudar os relacionamentos em nível municipal. É necessário construir redes baseadas na confiança, articulando a sociedade local com o governo local. Existem metodologias e técnicas de “empoderamento” que permitem construir, fortalecer e acumular o capital social. As comunidades locais devem construir alianças para aumentar seu capital político e obter maior controle sobre suas condições de vida e trabalho.

De uma perspectiva que interpreta a organização dos pequenos produtores apenas como instrumento de luta e reivindicação à outra que estimula a organização empresarial, buscando uma inserção mais competitiva nos mercados.

As novas realidades da agricultura e da sociedade rural levam a revalorizar o conceito de organização dos pequenos produtores. Muitas das organizações ou associações comunitárias cumprem papéis importantes no processo de democratização. Elas revelam processos internos de escolha de lideranças, que conferem legitimidade e representatividade perante o poder local. As capacidades reivindicativas e de mobilização social asseguram a participação dos pobres rurais nos processos de tomada de decisão. Servem como elemento de coesão do conjunto de produtores, articulam grupos familiares, incorporam redes de solidariedade e, também, servem de instrumento para as intervenções assistencialistas (C. Jara, 1998).

As transformações geradas pelo processo de globalização, a abertura econômica, o ajuste estrutural nos sistemas produtivos e as condições de vida locais, tendem a impulsionar mudanças nas formas organizativas e, por conseguinte, no conteúdo das reivindicações dos agentes econômicos e atores sociais. Certamente que os impactos não são homogêneos.

Hoje, as organizações de pequenos produtores estão desafiadas pelo mercado e pela descentralização. O avanço do processo de descentralização leva à valorização sociopolítica dos territórios locais. O novo papel dos municípios configura novas possibilidades para que os problemas dos produtores locais sejam resolvidos no local.

Muitas organizações rurais, excluídas pelo afastamento do Estado central, são forçadas a estabelecer novos relacionamentos com o poder local, procurando influir na gestão das políticas públicas. Os governos regionais e municipais passam a se converter em marcos institucionais estratégicos para formular respostas às demandas das organizações locais.

Entretanto, as organizações locais de pequenos produtores operam no momento, dentro de uma economia aberta, sendo fundamental melhorar a inserção dos pequenos produtores na dinâmica dos mercados. Observamos um processo heterogêneo de abertura dos espaços rurais para uma diversidade de atividades econômicas, novas

oportunidades em diferentes setores, incluindo turismo ecológico, serviços, pequenas indústrias de tecnologia intensiva, artesanato etc.

Daí a importância dada ao fortalecimento do capital social, à construção de redes de organizações ligadas por relacionamentos de cooperação e solidariedade. Essa perspectiva traduz o desafio de pensar em novas formas de estruturar as organizações: a formação de lideranças, os gerentes, os negociadores e o desenho de novos modos gestão. A organização tradicional geralmente tinha natureza multifuncional, ou seja, estruturas que se ocupavam da mobilização social para assegurar as reivindicações e o acesso a serviços, sendo, ao mesmo tempo, dotadas de algumas capacidades técnicas para produzirem e inserirem-se nos mercados, de forma coletiva. Esse modelo não é mais sustentável. Tem maior viabilidade as organizações que revelam objetivos mais específicos, estruturas adequadas a finalidades bem definidas e relativamente especializadas.

Vários estudos avaliativos ensinam que são as organizações de tamanho reduzido, que, expressam relacionamentos de solidariedade e confiança, incorporam mecanismos de participação e controle social, podem levar adiante processos comunicativos e empresariais mais eficientes e dinâmicos, evitando, assim, o particularismo. Essa perspectiva de estruturas mais especializadas não nega a necessidade de organizações de abrangência intercomunitária, ampliadas, articuladas em rede, capazes de construir um esquema de competitividade. Mas, é conveniente que sejam construídas no local, evitando sua instrumentalização pelos aparelhos burocráticos.

Pode-se constatar que as organizações econômicas bem-sucedidas caracterizam-se por ter uma estrutura mais enxuta, revelando uma distribuição dos benefícios de forma proporcional ao trabalho e/ou o capital investido, gerentes inovadores, modos de gestão e sistemas de acompanhamento e prestação de contas. As cooperativas de grande escala parecem ter pouca viabilidade, salvo casos excepcionais e quando estão formadas

por grupos de bases menores. Se olharmos as formas tradicionais e burocráticas de gestão dos programas de desenvolvimento rural, observaremos que as organizações estruturadas pelo próprio Estado para facilitar o funcionamento das atividades dos projetos não têm sustentabilidade. Frequentemente, são implantadas organizações com alto nível de dependência e, conseqüentemente, com um grande risco de impactos negativos. A instrumentalização das organizações para impulsionar os chamados planos operativos dos projetos alimenta um comportamento passivo e produz descapitalização social; burocratizando-se ou afastando-se das comunidades de base, favorecendo as tarefas dos cabos eleitorais que fomentam o clientelismo.

De um sistema de produção agrícola baseado no aproveitamento irracional e extrativo da natureza para uma agricultura e processo de desenvolvimento econômico local organizado de forma sustentável, sem produzir impactos ambientais negativos.

Existe cada vez mais um consenso na agenda de prioridades dos países, estados e municípios, sobre as dimensões das estratégias de desenvolvimento rural orientadas para a superação da pobreza, tais como: inclusão do crescimento econômico, aumento progressivo da equidade social, satisfação das necessidades básicas da população, aumento da participação social na esfera de tomada de decisões e nos processos de planejamento local, respeito à identidade cultural, tudo isso no marco da sustentabilidade ambiental. Esta dimensão, definida como um relacionamento contínuo entre o homem e a natureza, não procura fazer dos resultados e benefícios dos processos de desenvolvimento algo efêmero, que prejudique às futuras gerações. Como humanidade, os recursos naturais e o ambiente não nos pertencem, nós os pedimos emprestados em solidariedade com a nossa geração. Nós somos os responsáveis pela qualidade da vida das gerações futuras.

Como sabemos, os sistemas naturais, também identificados como ecossistemas naturais, geralmente produzem mais do que aqueles ambientes construídos pelo homem. Mas esta produção não é útil diretamente para as necessidades dos homens. As crescentes demandas da população exigem dos recursos naturais respostas que a natureza nem sempre está em condições de fornecer. Os produtores agrícolas precisam intervir no ambiente e modificá-lo. Geralmente, devido ao modelo de crescimento ilimitado, o homem extrai da terra cada vez mais recursos, traspassando os limites. O predomínio da dimensão econômica na sociedade materialista ocidental impulsiona uma cultura de produção e consumo baseada na expansão dos mercados, na exploração intensiva dos recursos, na manipulação das necessidades sociais, para que alimentem o processo de acumulação. A criação de necessidades virou um esforço maior que a solução das mesmas (Rafael Echeverri, 1998). Mas os ecossistemas têm capacidade limitada de sustentação que, superada, influirá na sua própria deterioração. Essa lógica perversa de acumulação e, no caso dos pobres rurais, de sobrevivência, está matando rapidamente a produtividade da terra. E isso significa que se intensifica o processo de **entropia**, a perda de energia potencial.

No presente, o desenvolvimento rural sustentável representa o enfoque predominante, no sentido de determinar os limites do uso dos recursos naturais locais, as fronteiras da artificialização e, os mecanismos de controle e de gestão que devem ser utilizados de forma diferenciada para não deteriorarem o ambiente. O capital natural, integrado por uma variedade de recursos naturais usados e modificados regularmente pelas sociedades rurais, constitui um ativo fundamental. Sabemos que o ambiente tem uma capacidade limitada de suportar mudanças. Construir sustentabilidade ambiental na agricultura, por conseguinte, supõe um equilíbrio entre o crescimento da produção e a conservação. O padrão de desenvolvimento agrícola orientado pelo mercado geralmente intensifica o uso dos recursos naturais e representa um ambiente de alta entropia, fazendo com que o ambiente dependa das intervenções, impulsionando mudanças significativas que eliminam grande parte das características naturais. O

desafio consiste em introduzir tecnologias que minimizem os impactos ambientais negativos. O zoneamento ambiental constitui um instrumento indispensável para harmonizar o crescimento econômico com a necessidade de proteger ou melhorar o meio ambiente. Geralmente esta procura de equilíbrio é um processo conflitivo que deve se processar na esfera política, abrindo espaços de participação ativa e informada. O capital político e o capital social, as decisões compartilhadas e os relacionamentos de cooperação e solidariedade são as forças que podem ajudar a natureza a procurar seu equilíbrio, a impulsionar os processos de *negentropia*, ou seja, as suas capacidades para regenerar, reconstituir, reproduzir os elementos que se degradam (Sérgio Buarque, 1999). No Brasil não existe cultura de conservação e manejo ambiental.

Os processos de modernização conservadora da agricultura limitaram a incorporação da dimensão ambiental no planejamento do desenvolvimento rural e no planejamento territorial. O tratamento escasso ou nulo dado à questão ambiental motivaram a discussão sobre esse modelo. Sabemos com clareza que o mercado não é o mecanismo adequado para que se considerem prioritários os elementos ambientais do desenvolvimento. Cabe à sociedade civil e ao Estado a efetiva responsabilidade de diminuir os impactos negativos no meio ambiente: organização da institucionalidade pública para a gestão ambiental; criação de estruturas ambientais para a gestão ambiental; controle das áreas vulneráveis; recuperação do meio ambiente degradado; cuidado pela qualidade das águas; avaliação dos impactos ambientais; fomento do zoneamento agroecológico; formulação junto com a sociedade de políticas de uso dos recursos renováveis; união da educação ambiental com a preparação das comunidades para o exercício da cidadania; fomento do uso de ecotécnicas e racionalização mediante o planejamento local, a ótima utilização dos recursos.

Toda atividade produtiva agropecuária utiliza energia e recursos naturais renováveis e não-renováveis como insumos básicos. Ao mesmo tempo, a atividade produtiva constrói externalidades ambientais negativas. Isso inclui o uso como insumos da flora e fauna,

base da biodiversidade, assim como dos recursos naturais, água, solo e cobertura vegetal, que determinam a capacidade produtiva dos diferentes territórios. Os impactos negativos geralmente aumentam os processos de degradação, afetando as possibilidades das gerações futuras. Nessa perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, qualquer intervenção sobre as sociedades rurais, particularmente as produtivas, deve assegurar um manejo adequado do estoque de recursos naturais e meio ambiente. Particularmente quando se trata de enfrentar a pobreza. O quadro de carências das comunidades rurais pobres geralmente intensifica a degradação ambiental. Na luta entre a satisfação das necessidades básicas e a preservação ambiental, quase sempre vence a primeira.

Assim, o enfoque do desenvolvimento sustentável deve cruzar o conjunto de componentes das intervenções dirigidas a promover mudanças na estrutura produtiva. Trata-se de uma intervenção que atravessa toda a estrutura dos projetos. Não é suficiente um tipo de gestão ambiental corretiva e pontual. A formação de recursos humanos deve ser uma decisão prioritária, não apenas porque as instituições sofrem de falta de capacidade técnica, mas pela urgência de construir uma nova mentalidade ecológica. É prioritária a formação de gerentes ambientais.

De um enfoque que interpreta o desenvolvimento rural como um processo impulsionado exclusivamente pela economia e tecnologia para uma visão que valoriza o mundo da cultura, sentimentos coletivos e valores.

De alguma maneira, o desenvolvimento local não depende tanto das potencialidades produtivas, nem das vantagens comparativas naturais, quanto das capacidades humanas, das energias afetivas da população, do acesso à informação, da articulação entre agentes econômicos e da decisão política coletiva para atrair investimentos. Seguindo uma lógica de inteligência de mercados, dentro de redes que gerem valor e oportunidades de emprego, isso significa para os grupos subalternos e empobrecidos deixar para trás suas próprias imagens negativas, as hierarquias autoritárias de poder e privilégio, os relacionamentos malignos de exclusão, a miragem produtivista.

Os objetivos do desenvolvimento local podem estar muito claros, logicamente definidos. Mas, o emocional individual e coletivo é a força que o impulsiona a conseguí-lo. As capacidades e os sentimentos das pessoas são as energias que permitem construir um determinado tipo de existência, de futuro.

O desenvolvimento sustentável parte do reconhecimento de que os pobres rurais – os pequenos agricultores de base familiar e os trabalhadores sem-terra – constroem suas capacidades maneiras de pensar e interpretar seu mundo local segundo determinadas pautas culturais e sociais. Uma pauta cultural explica um padrão de comportamento típico de uma determinada sociedade ou comunidade, o que é condicionado e reproduzido pelo fato de que esse coletivo realiza a mesma coisa, de maneira semelhante. Assim se constroem as capacidades e se consolidam os pensamentos coletivos, condicionados por uma forma de atuar freqüentemente reforçada pela ideologia dos grupos dominantes. Tudo isso está intrinsecamente ligado a um estado de afetividade, um complexo de emoções, impossível de separar dos fatores racionais. Nós estamos programados a atuar por meio do pensamento racional. Ter consciência e estar desperto significa articular o pensamento, o sentimento e a ação. Ou seja, atuar harmonizando o sentimento pensado com o sentimento sentido, ou também, o pensamento pensado com o pensamento sentido.

Sem trabalhar a cultura, o sentimento coletivo, não existe mudança sustentável. Ainda quando a razão orienta os processos. As emoções e os sentimentos coletivos são os que decidem. A cultura, interpretada de forma ampliada, inclui os sentimentos e as formas de pensar dos atores, seus comportamentos e códigos formais de comunicação, as instituições informais etc. A cultura é a energia que dá sentido à vida e a ação entre as pessoas, e delas com a natureza.

O desenvolvimento rural e local não pode ser visualizado exclusivamente como processos de mudança decorrentes de uma racionalidade instrumental; toda mudança

está impregnada de significado que revela os valores e normas dos atores envolvidos (Manuel Chiriboga, 1999). Como trabalhar o planejamento participativo, por exemplo, sem entender as representações, os vínculos entre as comunidades e o poder local, as emoções e os afetos próprios da subjetividade? Tentar conhecer a subjetividade leva a pensar na identidade das comunidades, ou seja, essa singularidade, esse eu coletivo que se expressa em termos afetivos. Desenvolvimento significa trabalhar a partir dessa dimensão invisível, na construção da consciência, de uma nova sociedade.

Das intervenções centradas no pequeno produtor homem como “chefe da família” para uma abordagem que enfatiza as considerações de gênero.

Não é possível negar que está em andamento um dinâmico processo de feminização da agricultura; uma tendência que leva à participação crescente das mulheres nas atividades produtivas rurais. Existe suficiente evidência empírica de que a produção agrícola está se tornando cada vez mais numa ocupação feminina. Uma evidência que revela a importância da mulher, não apenas como trabalhadora nas múltiplas tarefas agrícolas, mas também, na esfera local de tomada de decisões. Esta realidade determina as mudanças nos conteúdos dos programas de desenvolvimento, nas percepções e valores que orientam às intervenções. A condição das mulheres, a situação material e afetiva marca suas vidas, revela necessidades específicas, decorrentes da sua posição de gênero na sociedade, mudando de tempo em tempo, desafiando os relacionamentos de subalternidade.

Segundo a FAO, analisando dados de 1950 a 1990, as mulheres já superaram os homens como porcentagem da população economicamente ativa na agricultura de África e Ásia. É também possível afirmar que na Índia a maioria dos pequenos agricultores são mulheres. Os estudos indicam que os vínculos crescentes das mulheres nas atividades agrícolas se expressam acompanhados de processos que intensificam a exclusão e a pobreza. No meio rural latino-americano cada dia aumenta o número de lares chefiados

por mulheres. Nesse processo de feminização da pobreza se misturam as lógicas patriarcais e as relações de produção capitalistas. As mulheres são pobres porque ocupam posições marginais na estrutura econômica de oportunidades, compartilhando esta precariedade com os homens. Entretanto, pelo simples fato de serem mulheres, ocupam lugares de segunda dentro do aparelho produtivo, lugares de trabalho subalternizados frente aos homens.

A pobreza exerce pressões nas mulheres rurais, particularmente nas meninas, que são forçadas pelos próprios pais a buscarem trabalho remunerado. Essa pobreza decorre de décadas de ligação subalternizada e de graves deficiências de formação de capital humano. As mulheres rurais são empurradas a trabalhar na terra, no seu pequeno quintal, procurando também emprego nas empresas agrícolas ou engrossando as fileiras do mercado informal, enquanto os homens migram. Há barreiras estruturais e culturais que dificultam as mulheres, muito mais que os homens, a saírem da pobreza. As mulheres que vivem em lares rurais, dedicadas em tempo completo às atividades agrícolas, geralmente trabalham mais horas. O retorno econômico deste esforço produtivo geralmente é baixo, devido à escassa produtividade do trabalho, agravado pelo débil acesso da mulher aos recursos financeiros. As mulheres camponesas, via de regra, revelam menores conhecimentos técnicos e graus de escolaridade, o que as coloca em franca inferioridade em relação aos homens. As empresas em geral, frente às necessidades de um mercado cada vez mais competitivo, exigem quadros de trabalhadores com um adequado nível de escolaridade. Em muitos territórios rurais, não existem estratégias alternativas de subsistência que o êxodo rural para as grandes cidades e a prostituição. Uma CPI feita pelo PMDB (1995) encontrou nas capitais no Nordeste 380.000 meninas, com menos de 18 anos, prostituídas pelo “turismo” (João Pedro Stédile, 1996). Quando toda a família minifundiária fica, o efeito negativo é a maior pressão sobre a terra e os recursos naturais.

Os esquemas tradicionais de desenvolvimento rural assumem que no interior da pequena agricultura de base familiar existe uma clara divisão do trabalho: os homens se ocupam

das atividades produtivas e as mulheres das questões reprodutivas, ou seja, os homens trabalham e as mulheres cuidam das crianças e preparam os alimentos. Esta visão esconde a verdadeira realidade social. Realmente, a mulher desempenha um triplo papel: reprodutivo, produtivo e de gestão comunitária. A participação da mulher na esfera produtiva é um fenômeno tão importante como o trabalho masculino. Infelizmente, a percepção pública permanece estática, os valores que orientam o processo de formulação das políticas de desenvolvimento continuam masculinizados, não refletem o papel estratégico das mulheres na produção agrícola, em particular, na produção de alimentos. Persiste a cegueira política. O esforço das mulheres camponesas permanece invisível, gerando situações de exclusão e subalternidade, apagando suas contribuições nas estratégias familiares de produção e subsistência.

As prioridades dos pequenos produtores homens continuam influenciando o financiamento dos programas de desenvolvimento rural. Nas instâncias de tomada de decisões, os interesses das mulheres não estão devidamente representados. As intervenções técnicas e organizacionais, as metodologias aplicadas para melhorar as condições produtivas dos agricultores não conseguem ainda incorporar uma maior sensibilidade de gênero. A definição do agricultor continua dominada pelos homens. Esta perspectiva isolada da realidade, que ignora as considerações de gênero na formação de capital humano e social, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico, sem dúvida, apaga o verdadeiro potencial produtivo e aprofunda o quadro de carências sociais.

Os processos de modernização setorial, por outro lado, produzem efeitos diferenciados na mão-de-obra feminina. Sabemos que a inovação tecnológica costuma aumentar a rentabilidade, poupando trabalhadores, gerando desemprego. Sabemos que a agricultura moderna exige uma maior capitalização. Esta lógica, por meio do mercado, determina custos crescentes na agricultura familiar, provocando a queda dos preços dos produtos básicos agrícolas. Quando aqueles segmentos de agricultores viáveis decidem pela ampliação e intensificação produtiva, geralmente provocam a exclusão das mulheres, substituídas pela mecanização. Muitas unidades familiares desenvolvem estratégias

que misturam o trabalho no quintal com o emprego nas empresas agrícolas, que demandam trabalhadores não-qualificados. Dessa forma, observamos que aumenta a participação das mulheres, realizando tarefas que antes eram feitas pelos homens (Janice Jiggins, 1998).

Não é ético falar de desenvolvimento humano ignorando o gênero. Impossível pensar em desenvolvimento sustentável sem construir condições de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. No presente, não existe nenhuma sociedade onde as mulheres tenham as mesmas oportunidades dos homens. Os mercados, sendo instituições socialmente construídas, também revelam e reforçam as desigualdades de gênero. A exclusão das mulheres nos programas rurais ou, seu “papel secundário”, apaga o potencial de um recurso fundamental para o desenvolvimento rural, alimentando os relacionamentos de subalternidade e discriminação. Daí a necessidade de identificar, em cada projeto de desenvolvimento rural, a forma como está organizada a divisão do trabalho agrícola, identificando “quem faz quais tarefas” no conjunto das estratégias familiares. Isso permite construir a total percepção dos papéis masculinos e femininos, possibilitando o entendimento das tendências.

A ausência da perspectiva de gênero na formulação das políticas e programas de desenvolvimento rural limita sua efetividade. As políticas não reconhecem o caráter familiar e a rede e dinâmica interna particular deste tipo de agricultura, sua multiatividade econômica, a combinação de tarefas reprodutivas e sociais.

Enquanto o conhecimento desta realidade estiver parcializado e os políticos não compreenderem o verdadeiro papel das mulheres no âmbito rural e agrícola, as estratégias que se desenharem não modificarão os objetivos de equidade e sustentabilidade. Assim, é preciso voltar para a questão das políticas diferenciadas. Não existe a “mulher rural”, mas, tipos de mulheres rurais.

Quando falamos de gênero, estamos falando de uma categoria das ciências sociais que permite conhecer a forma como se constrói o feminino e o masculino, como se valorizam e se organizam estes relacionamentos numa sociedade determinada. Gênero, por conseguinte, diz respeito a uma categoria relacional que procura explicar como se relacionam os homens e as mulheres, o feminino e o masculino. Além das diferenças biológicas próprias do sexo, o gênero reconhece a existência de um complexo de características e condicionamentos culturais, que constroem em cada época e sociedade, os conteúdos para ser uma mulher ou ser um homem. Trata-se de uma construção sociocultural que explica e determina os comportamentos, símbolos, papéis, responsabilidades e tarefas para homens e mulheres, relacionamentos que são naturalizados. A perspectiva de gênero nos ajuda a compreender o tecido e a dinâmica social, a mistura das relações produtivas com outras lógicas, identidades e sentimentos. A categoria gênero, porém, é um conceito essencial para aprimorar os processos de desenvolvimento rural, revelando aspectos básicos e invisíveis na estrutura de produção e trabalho.

7.5 Questões centrais do debate

- Uma nova leitura da relação de classe na perspectiva de desenvolvimento sustentável. Maior diferenciação e antagonismo de interesses.
- Desafios: a relação da lógica do mercado com os compromissos assumidos nos acordos internacionais.
- Contradição presente: CONTAG x organismos internacionais; o paradigma da sustentabilidade x a realidade do governo federal.
- O que aconteceu de errado, porque na sociedade brasileira o termo gênero é confundido com mulher?
- Os movimentos sociais já formulavam o desenvolvimento sustentável. Nós o qualificamos para se misturar e não para se confundir. Nosso projeto não é

despolitizado. O local é importante, mas insuficiente.

- A cultura é impregnada de submissão. Sempre o governo e o mercado tiveram prevalência. Como perseguir a sustentabilidade num país que ainda não construiu a sua cidadania? Como vamos fazer para que o desenvolvimento sustentável supere a falta de democracia e soberania?
- “O importante não é crer nos líderes, mas o que pensam os líderes” (Saramago). É necessário ter estratégias para ultrapassar o atual modelo, no qual o crescimento econômico supera a pobreza. Na perspectiva da CONTAG, qual o modelo para enfrentar a pobreza? Forjar agendas, programas e planos de ação do seu ponto de vista para o desenvolvimento local? A CONTAG tem que vincular-se a outras instituições, ultrapassar fronteiras?
- Modelos de desenvolvimento rural: qual a perspectiva de mercado do assalariado?
- A incorporação de novos temas de planejamento – gênero – veio para ficar? Dentro da visão moderna de planejamento o controle da natalidade, na zona rural, onde o controle é mais grave. Com a visão de inserção de gênero?

7.6 Respostas dos painelistas às intervenções do público

- A sociedade está cada dia mais complexa e as classes se diferenciando: novos atores, novas demandas, novos interesses. Às vezes estas demandas podem ser processadas numa sociedade democrática. Existem outras forças de energia para a mobilização político e operacional, confiança, negociação, cooperação, tomada de decisões e mudanças de atitudes, de solidariedade. É preciso trabalhar na sociedade brasileira o discurso da troca, da negociação, sem negligenciar a existência de interesses conflitivos.
- Na construção operacional do conceito um dos desafios é a presença de interesses das diferentes classes sociais. Algumas buscam reconstruir hegemonias, outras buscam alcançá-las, tratando-se da mesma disputa da fase anterior.
- É importante desmistificar a idéia de que o mercado é algo abstrato. Há mercados

em que o grande capital se articula à pequena produção, em outros não. Os mercados são desiguais e não são livres. Como fazer acordos? Em cada acordo há atores diferentes e compromissos e bases diferentes. O mercado é onde a sociedade regula os acordos. Mas, em geral, precisa-se de regulação pública.

- Com referência à relação CONTAG x organismos internacionais: são segmentos que estão impulsionando o debate da sustentabilidade. Enquanto as elites desmontam o país, por cima, a sociedade o constrói, por baixo.
- Apresenta-se contra o controle da natalidade (por ser autoritário) e mostra que atualmente se adota o conceito de planejamento familiar, no qual a decisão é das famílias e não do Estado, havendo políticas públicas para as famílias que o querem praticar. As taxas de natalidade e fertilidade caíram no Brasil, daí o peso relativo dos mais velhos está crescendo muito e o dos jovens diminuindo.
- É preciso acreditar mais no que os líderes pensam? Sim. Mas é importante ter idéias próprias, ter os seus projetos. Os movimentos sociais são um exemplo – a apropriação do conceito sustentável pela CONTAG. Definir estratégias faz parte da proposta de romper o isolamento. Não conversar somente consigo mesmo é a estratégia da CONTAG.
- O foco no desenvolvimento local é importante, mas insuficiente para o Brasil. Tem-se que extrapolar o local, porquanto muitos dos determinantes estão fora do local (os impactos de políticas que seguem o Consenso de Washington). O Brasil tem 10 milhões de desempregados (desemprego aberto) e 12 milhões de subempregados. Entendo que a inserção de tal contingente não depende apenas de políticas locais.
- A subvalorização da economia familiar não está no plano da economia, mas no plano dos valores, no plano cultural, na “cabeça” dos membros da sociedade brasileira. O que é bom está no urbano, tornou-se um valor dominante. É preciso quebrar esse bloqueio cultural.
- A questão de gênero e ética tem a ver com a questão de classe. É necessário ver os diferentes interesses: dos jovens, dos velhos, das mulheres, dos homens, variando em cada comunidade. Quem pesa mais em cada questão? Sugestão: verificar a

identificação da abordagem conceitual do Banco Mundial.

- A questão da educação é muito mais abrangente do que o analfabetismo, por tratar-se de valores e conhecimentos. Sem dúvida é necessário um novo modelo de educação, e mais que isso, novas atitudes, novos valores. Os formadores da criança hoje são: a família (desestruturando-se), a escola (em crise) e a mídia (forte).
- A nova realidade deve ser entendida de três formas: a de hoje é excludente, bloqueia a agricultura familiar; a possibilidade de inserção dos agricultores; e a nova realidade como utopia possível.
- O papel da CONTAG é importante, vital e estratégico. Que vamos fazer? A produção familiar tem que competir com outros conceitos e outras perspectivas.

8. Oficinas Temáticas

8.1 Planejamento do Desenvolvimento Sustentável

8.1.1 A problematizadora destacou os seguintes aspectos:

- Compatibilizar a lógica do empreendedor capitalista (busca de valorização/curto prazo) com a dinâmica da natureza (preservação/longo prazo). Em alguns momentos, esse desafio se resolve discutindo a tecnologia adequada, em outros, criando mecanismos de regulação da sociedade (formação de ambiente organizado/atuante – criação de comitês a exemplo de Comitês de Gestão de Recursos Hídricos).
- Montar processos sustentáveis de participação. Estimular a participação não é consultar ou levantar demanda, é fazer as pessoas envolvidas se sentirem parte do processo. Isso requer a existência de “capital social”, informação, capacidade de luta. Os processos são endógenos, com êxito e têm a ver com a dimensão político-institucional – que estão relacionados com a cultura local. Uma participação sustentável requer enfrentar clientelismo, patrimonialismo no local.
- Operacionalizar o conceito (complexo e em construção). Isso requer uma abordagem

multidimensional, não priorizando, de saída, nenhuma dimensão. A realidade é quem define a prioridade.

- Compreender bem o ambiente externo e suas tendências para identificar as ameaças e as oportunidades. Escapar dos “mitos da globalização”; avaliar os impactos da reestruturação produtiva; e considerar a “financeirização”.
- Aplicar o planejamento como processo (elaboração de planos, programas e projetos). É importante a montagem de modelo de gestão competente e de sistemas de acompanhamento e avaliação.
- Trabalhar os conflitos de interesses. O objetivo é buscar o máximo de coincidências, não ocultando divergências (construção de hegemonias).
- Organizar os momentos de síntese (decisão). Em muitos processos de planejamento, tomam-se decisões insustentáveis.
- Montar projetos que construam o desenvolvimento sustentável e que possam se concretizar. Enfatizar a importância de propor ações que possam ser implementadas para não frustrar expectativas da sociedade.

8.1.2 Principais eixos e estratégias de ação articulada

1. Aprofundamento da discussão sobre desenvolvimento sustentável e sua operacionalização

Principais desafios:

- Operacionalizar o conceito
- Criar mecanismos de regulação social
- Dispor formulações conceituais que permitam somar forças e gerar alianças
- Organizar os momentos de síntese
- Trabalhar os conflitos de interesses
- Compreender bem o ambiente externo
- Integrar na Agenda 21 o conceito de desenvolvimento sustentável

- Composição e funcionamento do poder local (constituições existentes)
- Desenvolvimento sustentável – compreendendo-o como política de reforma agrária e política agrícola

2. Montagem de processos de planejamento do desenvolvimento – com metodologia participativa

Principais desafios:

- Aplicar planejamento como processo
- Montar sistema de acompanhamento e avaliação
- Montar projetos que construam o desenvolvimento sustentável
- Utilizar na metodologia a bacia como espaço local
- Liderar, institucionalizar o processo

3. Desenvolvimento de ações que construa, fortaleça e amplie o capital social

Principais desafios:

- Compatibilizar a lógica do empreendedor capitalista com a dinâmica da natureza
- Perceber as energias dos grupos (a cultura local)
- Gerar espaços de “concertação” para fortalecer a sociedade civil

4. Construção de processos sustentáveis de participação e de representação e construção de alianças internas e externas

Principais desafios:

- Identificar mecanismos, processos e momentos de convencer a sociedade (buscar aliados)
- Garantir a legitimação dos participantes e a circulação de informação
- Criar espaço para participação de excluídos

- Envolver atores internacionais
- Existência de uma multiplicidade de agentes de desenvolvimento local (alguns com antigos conceitos)
- Criar instâncias que patrocinem o planejamento
- Compatibilizar sistemas diferentes (prefeitos e outros agentes)
- Respeitar os diversos saberes (os da população e os dos técnicos, e os valores pessoais)

5. Formas de financiamento para o desenvolvimento sustentável interno e externo

Principais desafios:

- Manter controle social sobre as políticas de crédito
- Manter fluxo de investimentos públicos e privados
- Abrir o orçamento municipal
- Identificar e sistematizar fontes existentes

6. Construir processos que possibilitem identificar, articular vertical e horizontalmente e propor políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável

Principais desafios:

- Construir políticas nacionais (consistentes com a dimensão do problema)
- Discutir políticas públicas de forma geral, passando do local para o global
- Manter articulação local, estadual, regional, nacional e internacional

8.1.3 Temas para a cooperação

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
1. Aprofundar a discussão do conceito de desenvolvimento sustentável	Estabelecer consenso entre os elementos centrais do conceito de desenvolvimento sustentável (com ênfase no local e no rural) para facilitar processos e dinâmicas de interação entre os diversos atores e orientar suas intervenções práticas	Internacionais • Organismos internacionais de cooperação técnica e financeira (IICA, PNUD, FAO, UNICEF, OIT, PNUMA) • BIRD e BID • Ongs internacionais Nacionais • Ongs de atuação nacional. • Organizações governamentais e Ongs de pesquisa e ATER • Igrejas: CNBB, ICLB • Fetags	• Propiciar a construção de espaço permanente de intercâmbio e de fomento para o desenvolvimento sustentável • Elaborar documento básico, sistematizando os conceitos mais usados de desenvolvimento sustentável, com ênfase no rural e no local (em especial os adotados pela CONTAG, IICA, PNUD e Comunidade Solidária), como insumo ao evento nacional • Realizar evento nacional para debater/aprofundar questões conceituais de desenvolvimento sustentável, considerando a Agenda 21 no processo • Confeccionar material didático com o resultado do evento nacional. • Promover eventos regionais/estaduais/municipais de socialização e adequação aos conceitos de desenvolvimento sustentável • Utilizar os conceitos de desenvolvimento sustentável produzidos nos eventos/documentos de capacitação • Introduzir conceitos de desenvolvimento sustentável no processo de educação formal

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
2. Montagem de processos de planejamento do desenvolvimento sustentável com metodologias participativas.	• Criar mecanismos de participação para os diversos atores e segmentos no planejamento, execução e avaliação do desenvolvimento sustentável. • Definir o papel e as formas de participação.	Internacionais • Organismos internacionais de Cooperação técnica e financeira (IICA, PNUD, FAO, UNICEF, OIT, PNUMA) • BIRD e BID • Ongs internacionais. Nacionais • Ongs de atuação nacional. • Organizações governamentais e Ongs de pesquisa e ATER • Igrejas: CNBB, ICLB • Fetags Locais: • STRs • Cooperativas/ • Associações • Conselhos • Prefeituras/ • Câmaras • Ongs	• Realizar evento para discutir as diversas metodologias que orientem processos participativos de planejamento do desenvolvimento rural sustentável. • Montar um banco de dados com experiências de êxito de desenvolvimento sustentável e outras informações para o planejamento • Montar uma rede de cooperação que possibilite o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento local sustentável. • Montar e implementar programa de capacitação permanente de lideranças de base em planejamento de desenvolvimento sustentável • Organizar ação articulada em diversos programas de desenvolvimento rural: Pronaf, PCPR, FN-MA

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
3. Desenvolvimento de ações que construam, fortaleçam e ampliem o capital social local	• Conhecer e disseminar políticas e programas de desenvolvimento econômico e social com impacto no desenvolvimento local e regional • Identificar e mobilizar o capital social local • Criar fórum local –desenvolvimen-to local sustentável • Capacitar membros do fórum local. • Estabelecer redes de articulação dos fóruns locais. • Contribuir para construção de novas organizações sociais para ampliar a representação de interesses locais.	Internacionais • Organismos internacionais de cooperação técnica e financeira (IICA, PNUD, FAO, UNICEF, OIT, PNUMA) • BIRD e BID • Ongs internacionais. Nacionais • Ongs de atuação nacional. • Organizações governamentais e ongs de pesquisa e ATER • Igrejas: CNBB, ICLB • Fetags Locais: • STRs • Cooperativas/ • Associações • Conselhos • Prefeituras/ • Câmaras • Ongs	• Fazer contato com os atores já identificados pelos estabelecimentos de parcerias. • Levantamento, organização e divulgação de materiais. • Visita in loco para identificar lideranças e propor fórum. • Realizar encontro de sensibilização e nivelamento de propostas. • Criação de fóruns com definições de agenda comum. • Estabelecer consenso objetivos, princípios metodológicos e metas do processo. • Estabelecer consenso e definir e indicadores para o monitoramento e a avaliação • Executar a capacitação (terceirizar com entidades especializadas). • Monitorar e avaliar o processo. • Criar home page • Definir e implementar sistema. • Implementar fóruns nacionais, regionais e estaduais • Mapear setores, grupos econômico e socialmente excluídos • Capacitação para a inserção produtiva de acesso ao crédito e assistência técnica – ATER.

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
4. Construção de processos sustentáveis de participação, representação e construção de alianças/parcerias.	• Estabelecer consenso com parceiros/atores envolvidos o conceito de participação social. • Contribuir para que os diversos interesses presentes na comunidade estejam representados no processo de desenvolvimento local • Construir alianças/parcerias a partir de vocações e potencialidades locais • Divulgar vocações, potencialidades e políticas de desenvolvimento local • Conjuguar interesses externos (convênios, intercâmbio de experiências).	• FAO/Pronaf • IICA • PNUD/Pronaf • OIT/UNICEF • CONTAG/CUT/ • INCRA Centrais Sindicais • Sindicatos • Associações • Cooperativas Local • Poder público/Privado • Ongs regional/nacional • Empresas estaduais de ATER e institutos de pesquisa.	• Fórum para discussão e consenso do conceito de participação social e metodologias • Criar espaços de discussão e identificação de interesses articulando os grupos comuns • Criar espaços permanentes para a sensibilização e a mobilização para a participação • Construir metodologias de conhecimento da realidade, incorporando o saber popular • Estimular a articulação das instâncias representativas nos fóruns locais • Capacitar agentes que atuam no local • Divulgar vocações, potencialidades e políticas de desenvolvimento local • Conjuguar interesses externos (convênios, intercâmbio de experiências).

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
5. Formas de financiamento (externo e interno) para o desenvolvimento local sustentável	Facilitar o financiamento do desenvolvimento sustentável.	- CONTAG, IICA, PNUD e FAO Outros atores: - Agentes financeiros internacionais e nacionais - Organizações governamentais: - Nacional - Regional - Estadual - Municipal - Entidades associativas: - Cooperativas - Associações - Fundações - STRs - Fetags - Entidades não-governamentais: - Nacionais - Internacionais	- Identificar, analisar, sistematizar, articular e propor financiamento de acordo com as especificidades de cada realidade - Disponibilizar para os atores informações sistematizadas sobre as fontes de financiamento para o desenvolvimento local sustentável - Criar e/ou adequar instrumentais para acessar formas de crédito adequado ao desenvolvimento local sustentável - Propor novas formas de financiamento identificada com a realidade - Criar formas alternativas de organização para a oferta de crédito - Definir mecanismos de controle social de crédito - Conhecer o perfil do não-beneficiário do crédito - Criar fundos rotativos de desenvolvimento local sustentável. - Fortalecer a articulação para o encaminhamento de Projeto de Lei que assegure a criação de fundo de aval para ampliar o acesso ao crédito

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
6. Construir processos que possibilitem identificar, articular (vertical e horizontalmente) e propor políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável.	Buscar sincronias nas políticas públicas nacionais para fortalecer a construção do desenvolvimento sustentável.	• CONTAG, IICA, PNUD e FAO - Outros atores: • Agentes financeiros internacionais e nacionais • Organizações governamentais: • Nacional • Regional • Estadual • Municipal • Entidades associativas: • Cooperativas • Associações • Fundações • STRs • Fetags • Entidades não-governamentais: • Nacionais • Internacionais	• Instituir fórum para identificar políticas adequadas e criar intercâmbio experiências de desenvolvimento local sustentável • Buscar nos fóruns nacionais e internacionais espaços para propostas de políticas adequadas ao desenvolvimento sustentável. • Montar processos de capacitação dos atores de instâncias locais de decisão para melhor intervir no desenvolvimento sustentável. • Construir processos ascendentes para redefinição de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. • Montar fórum ou conselho para integração das políticas e Conselhos setoriais.

Contribuição da plenária

- Planejamento: Planejamento participativo com perspectiva de gênero
- Capacitação: universidades e escolas agrotécnicas
- Cultura e lazer
- Sincronizar planos rurais, planos de geração de renda e planos diretores

8.2 Sistemas de Gestão do Desenvolvimento Sustentável

8.2.1 O problematizador destacou os seguintes aspectos:

O que são as políticas públicas?

- Conjunto de decisões formalizadas.
- Processo de construção social.
- As políticas são públicas quando são de todos e para todos.

Formulação das políticas públicas

- Processo conflitivo ou pacífico – é sempre uma dinâmica de interesses, valores e demandas sociais diferenciadas.
- Significa uma parte da luta pelo poder local, regional, nacional.

Gestão de políticas públicas

- Não existe no Brasil uma política de desenvolvimento local sustentável. Existem programas que tocam aspectos particulares das políticas.
- Políticas parciais revelam uma institucionalidade fragmentada.
- A possibilidade de articular sinergias de atuação política é mais fácil de ser construída no local.
- Não existe um modelo único de gestão.

- A diversidade necessariamente conduz a construção de modelos de gestão diferenciados.
- Falta sistematização das experiências bem-sucedidas de gestão local, a partir da visão dos movimentos sociais.

Quais são os desafios?

- Como formular sistemas de gestão que sejam participativos, flexíveis, permanentes e que incluam grupos sociais historicamente marginalizados?
- Necessidade de contar com quadros profissionais que possam fazer essa análise do capital social – das relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação entre os grupos sociais e classes populares locais.
- Ocupar os espaços dos conselhos como forma de institucionalizar a participação e acumular poder ou capital político.
- Transformar os conselhos em instrumentos de desenvolvimento da sociedade local.
- Necessidade de construir um território municipal organizado, articulado em redes de organizações solidárias, facilitando os diálogos e os intercâmbios.
- Fortalecer as alianças entre os subalternos para romper a fragmentação.

Aprender a construir as alianças

- Estudar o processo de formação das organizações locais.
- Trabalhar e entender a qualidade das lideranças.
- Compreender os interesses em jogo, os vínculos dos movimentos sociais.
- Identificar e medir as necessidades de gestão, os problemas que enfrentam os movimentos sociais para construir o desenvolvimento local sustentável e para estabelecer estratégias.
- Identificação dos fatores culturais, políticos e sociais que estão apoiando o fortalecimento dos movimentos sociais.
- Identificar a forma como os programas do Estado estão sendo apropriados pelos movimentos sociais.

- Quais são os fatores exógenos que estão facilitando ou dificultando o fortalecimento das organizações populares locais?

8.2.2 Síntese da discussão em plenária

Depoimentos com base nas experiências vivenciadas

- Experiências regionais no Nordeste de proposição de políticas públicas, como a elaboração do *Plano de Ações Permanentes* para o semi-árido.
- Identificação e potencialização das capacidades locais para apoio aos processos de desenvolvimento local sustentável.
- Iniciativas de integração de conselhos e comissões nos municípios.
- Experiências locais com metodologias participativas e construtivistas.
- Processo de construção com base na administração de conflitos.
- Construção de modelos de gestão apropriados à realidade local.
- Identificação e aproveitamento de oportunidades, com base no potencial produtivo local.
- Experiências de organização da produção e comercialização para acessar os mercados.
- Necessidade de fomentar processos de capacitação nos sindicatos e nas federações para apoiar o desenvolvimento local.
- Iniciativas locais dependem de fatores externos.

Questionamentos

- Temos um modelo de gestão para desenvolvimento local sustentável que possa integrar essas experiências?
- Como superar a falta de qualidade e a distância cultural (de educação formal) entre os representantes governamentais e dos movimentos sociais?
- Como superar os conflitos de interesses locais representados nos conselhos?

- Como criar as condições locais para implantar processos de desenvolvimento local sustentável?
- Como transformar as propostas contidas no *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável* (PADRS) em políticas públicas locais?
- Como discutir essas idéias com o nosso público?
- Quais são os indicativos práticos de ações bem-sucedidas ?
- Como implementar experiências de desenvolvimento local sustentável contra a tendência governamental de apoio à agricultura patronal?
- Como transpor as barreiras do fisiologismo político?
- Que modelos organizacionais são indicados para gerenciar projetos produtivos locais?
- Como aproveitar as oportunidades de mercado para a agricultura familiar, sem sucumbir ao grande capital nas transações de crédito, aquisição de insumos e venda da produção?

8.2.3 Principais eixos e estratégias de ação articulada

1. Sistematização da produção e divulgação de conhecimentos

- Sistematização e divulgação de experiências com êxito no âmbito local, regional, nacional e internacional.
- Realizar eventos – fóruns, encontros, seminários e outros – no âmbito local estadual, nacional e internacional.

2. Intercâmbio

- Divulgação do *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável* (PADRS)
- Troca de experiências – intercâmbio.
- Promoção de eventos para análise e troca de experiências.

3. Rede de cooperação (compartilhada)

- Sistemas de informações sobre políticas públicas.
- Apoiar a organização de redes de solidariedade em foros e organizações internacionais: OMC, Mercosul, OIT, IICA, PNUD, FAO e outros.
- Formação de rede entre a cooperação técnica e os movimentos sociais: intercâmbio, apoio técnico, capacitação.
- Objetivos e estratégias compartilhadas nos níveis municipal, estadual e federal.

4. Formas de gestão em desenvolvimento local sustentável

- Definição de um modelo de gestão de políticas públicas descentralizado, participativo, integrado.
- Definir competência quanto ao monitoramento e à avaliação dos projetos.
- Apoiar as organizações representativas da sociedade civil na formulação e implementação de projetos e programas de desenvolvimento local.
- Acompanhamento e avaliação de políticas públicas.
- Fortalecimento das entidades de base.
- Orçamento participativo.
- Planejamento participativo.
- Gestão de pequenos empreendimentos agroindustriais.
- Cadeia produtiva.

5. Capacitação

- Capacitação de lideranças, técnicos e trabalhadores envolvidos em processos organizativos.
- Capacitação, planejamento e implantação.
- Modelo educacional.

6. Parcerias e alianças estratégicas

- Parcerias integrada e ampliada nos segmentos do setor público e privado.
- Sintonia entre a sociedade civil e o poder público.
- Construção de projetos comuns.

8.2.4 Temas para a cooperação

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
1. Intercâmbio de conhecimentos e experiências	Melhorar o nível de integração institucional dos atores do desenvolvimento local sustentável	• CONTAG • Fetags • STRs • Sindicatos urbanos • Associações • Ongs • Prefeituras • Conselhos Municipais • Governo estadual • Governo federal • Organismos internacionais de cooperação • Igrejas • Outros	• Sistematizar e divulgar experiências de êxito no âmbito local, regional, nacional e internacional • Realizar eventos fóruns, encontros, seminários e outros no âmbito local estadual, nacional e internacional • Apoiar a realização de pesquisas e estudos de interesse das organizações da sociedade civil para uma intervenção qualificada na formulação e gestão de políticas públicas • Viabilizar recursos com as instituições de cooperação técnica internacional
2. Formas de gestão em desenvolvimento local sustentável	Construir sistemas descentralizados, democráticos e participativos para assegurar maior controle social sobre as políticas públicas.	• CONTAG • Agências de cooperação técnica • Governos estadual e locais • Ongs • Universidades	• Montar redes com ong's, movimentos sociais, organizações de cooperação técnica e organizações governamentais • Implantar sistemas de monitoramento e informações nas áreas de políticas públicas, tecnologias e mercados • Sistematizar e desenvolver metodologias e instrumentos de gestão participativa para instituições que atuam no meio rural • Implantar sistemas de gestão de atividades produtivas associativas

TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
3. Capacitação	Capacitar os atores sociais, de forma integral e permanente, para a gestão de políticas públicas e o desenvolvimento local sustentável	• CONTAG • Agências de cooperação técnica • Governos estadual e locais • Ongs • Universidades	• Definir institucionalidades para formar o capital social • Definir competências institucionais a partir de projetos construídos por atores locais • Definir áreas de profissionalização com capacidade de maior inserção no processo produtivo. • Profissionalizar produtores locais em atividades agrícolas e não-agrícolas
4. Rede de cooperação (compartilhada)	• Estabelecer uma rede de cooperação para: • sistematizar e divulgar experiências • democratizar informações • agregar, ampliar, potencializar ações • ampliar capacidades, horizontes e perspectivas de atuação.	• CONTAG • Fetags • STRs • Sindicatos urbanos • Associações • Ongs • Organizações governamentais • Agências internacionais de cooperação • Igrejas • Entidades de ensino • Grupos étnicos	• Identificar experiências para divulgação. • Criar sistemas de informações • Gerência de informações • Estabelecer parcerias
5. Parcerias e alianças estratégicas	Construir parcerias e alianças estratégicas para: • promover mudanças na realidade local • ampliar conhecimentos • profissionalizar, articular e potencializar as ações, garantindo a sua continuidade e sustentabilidade	• CONTAG • Fetags • STRs • Sindicatos urbanos • Associações • Ongs • Organizações governamentais • Agências internacionais de cooperação • Igrejas • Entidades de ensino • Grupos étnicos	• Identificar pontos convergentes. • Divulgar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS • Monitorar continuamente, com indicadores • Estabelecer uma agenda de compromissos • Especificar responsabilidades • Definir participação dos atores

Contribuição da Plenária

Incluir entre os atores sociais:

- AS-PTA - para todos os temas
- Câmaras municipais - para o tema 1
- Cooperativas - para o tema 2
- Governo federal - para o tema 2

Considerar:

- Ferramentas de gestão para melhoria contínua, valendo-se do ciclo PDCA
- A gestão como processo que envolve planejamento, execução e avaliação
- Empreendimentos produtivos – estabelecer elos com o mercado
- Desenvolvimento de sistemas de informações e gestão com indicadores

8.3 Educação para o Desenvolvimento Sustentável

8.3.1 O problematizador destacou os seguintes aspectos:

Naidson Baptista Quintella — MOC

Reflexões sobre um Processo Educativo para o Desenvolvimento Sustentável

Hoje, por toda parte se ouve falar, se conversa, se escreve, se faz projetos, se estabelecem metas em relação ao assim chamado “desenvolvimento local sustentável”. Neste seminário, também nós, representantes de organizações sindicais, de órgãos das Nações Unidas e do governo federal, fazemos o mesmo.

Por quê e para quê?

Porque é moda? Porque não podemos deixar de falar a linguagem da atualidade? Porque é um instrumento na estrada de concretização de nossos sonhos de justiça e eqüidade? Porque é o novo de nossos dias?

Certamente que nossa escolha deve-se um pouco a cada uma dessas coisas. Mas, antes de tudo, ao fato de vermos na construção do desenvolvimento local sustentável uma porta para a diminuição da exclusão, para a construção de mais justiça e de mais eqüidade, um mundo em que haja lugar para todos.

Dentro deste contexto, o que pode significar a **educação para o desenvolvimento sustentável**?

Ao nosso ver é lançar às pessoas e às instituições o desafio da **conversão. No sentido dado a esta palavra pelos evangelhos: virar-se pelo avesso**. Ou seja: para fazer surgir o desenvolvimento sustentável, é mister fazer surgir novos homens e mulheres, responsáveis por novas práticas sociais, novas práticas de convivência, novos processos administrativos e de cidadania. Novos porquês avessos ao clientelismo, ao autoritarismo, aos planejamentos que não priorizam o efetivo desenvolvimento de todos e para todos; porque adeptos da parceria, do diálogo, da construção comum.

Qual as implicações educativas desta conversão?

Para um entendimento mais didático da nossa reflexão, vamos subdividi-la por segmentos:

1. Educar o poder público e seus responsáveis:

- a) Para processos de planejamento participativo e transparente, nos quais seja reconhecido à sociedade civil ter a palavra não apenas de sugestão, mas também

de decisão do que deve ser feito.

- b) Para planejar e decidir processos a partir de diagnósticos sérios, que indiquem prioridades e obriguem a sair do amadorismo administrativo.
- c) Para ser obediente à sociedade, no sentido de que por ela foi eleito e a ela deve reportar-se constantemente na **construção democrática do desenvolvimento**.

Necessária inversão de valores?

- d) Para não utilizar a sociedade e suas organizações na linha de legitimação de decisões já tomadas e que, assim, podem assumir uma roupagem democrática.
- e) Para encarar a sociedade como co-responsável pelo processo de desenvolvimento, com tarefas específicas na caminhada, como sujeito da construção e não simplesmente como **beneficiária**. A sociedade deve ser chamada e convocada a definir, com o governo, o desenvolvimento que se quer e a modalidade como construí-lo.
- f) Para não encarar os recursos públicos – oriundos dos impostos pagos pela população – como recursos **pessoais dos governantes que utilizam com o que querem, sem nenhuma transparência**.
- g) Para encarar a gestão da coisa pública como construção processual **de um desenvolvimento para todos, ecologicamente sustentável e eqüitativo, e não como** satisfação de caprichos de grupos e práticas clientelistas e paternalistas.

2. Educar a sociedade civil para:

- a) O entendimento e o diálogo entre as várias organizações da sociedade, na linha de construir um processo mais amplo, visualizando o papel de cada uma no desenvolvimento global do município/região. Trata-se, aqui, da superação do **corporativismo**, tão característico das organizações da sociedade civil. O desenvolvimento não é a soma de pequenos corporativismos atendidos pelo governo, mas a construção de algo bem maior, onde todos somos inseridos.
- b) O entendimento e a prática de que o ser crítico em relação ao governo não se expressa unicamente pelo **ser contra tudo e todos**. Há coisas e propostas às

quais nos devemos opor. Há outras com que podemos somar, melhorando-as, colaborando na sua execução, monitorando-as e avaliando-as. Há outras ainda que não surgirão se não as propusemos. Assim, ser crítico pode traduzir-se por atitudes de: propor, executar, ou opor-se, a depender do caso e das circunstâncias.

- c) Entender que nem tudo é e pode ser assumido como responsabilidade do governo. Há, nos processos de desenvolvimento, tarefas que são e sempre serão da sociedade.
- d) A negociação de processos, como prática onde se exerce de modo concreto a cidadania e a democracia. Negociar implica em reconhecer, na prática, que há forças e concepções diferentes e até mesmo posições opostas envolvidas na construção do desenvolvimento. Mas que todas podem e devem ter espaços e oportunidades. A democracia significa justamente a busca da coalizão dessas forças rumo a um objetivo comum, reconhecidas as diferenças.
- e) Aprender a lidar com o que Paulo Freire denominava de “paciência pedagógica”. Ou seja: construir o desenvolvimento é, justamente, buscar gradativamente transformar a realidade em que estamos inseridos. Contudo, séculos de injustiça e exclusão não podem ser modificados em uma semana, um ano ou uma gestão. Paciência não é desistir. É ir fazendo o possível, sem desanimar.
- f) Abandonar a auto-suficiência. Tanto em relação a outras organizações da sociedade civil, quanto em relação ao próprio governo. Podemos, e muito, aprender uns com os outros.
- g) Relacionar-se processualmente e em termos sistemáticos com o governo, utilizando-se de mecanismos de proposição, monitoramento e avaliação constante daquilo que foi planejado e está sendo executado.

3. Educar sociedade civil e governo para:

- a) O diálogo, entendido como negociação entre partes responsáveis por um todo, sem que isso implique em perda de identidade/personalidade.
- b) Para a parceria, entendida como um processo no geral ambos decidem em comum,

executam de acordo com suas especificidades e segundo o planejado, avaliando o realizado, reorientando-o. Parceria, por conseguinte, não significa uma parte convocar a outra para a simples execução daquilo que planejou e decidiu sozinha. A esse processo podemos chamar de “terceirização”.

c) Para o entendimento e a prática de que a democracia e cidadania se exercem concretamente na construção do desenvolvimento local sustentável. Eleições são importantes e se constituem em um passo. Pouco ou nada significam, contudo, se não forem seguidas de processos que impliquem numa gestão participativa e transparente da coisa pública.

d) Para a descoberta e a aceitação de novos atores no processo do desenvolvimento.

Sinteticamente, podemos falar em educar para construir a utopia de uma sociedade participativa, democrática, eqüitativa e menos excludente.

Podemos, também, entender, que se trata de educar para a criação de uma nova cultura, de um novo modo de viver. Nesta nova cultura é que reside a **sustentabilidade do desenvolvimento, fruto do esforço e da construção de todos os atores e sujeitos envolvidos.**

Certamente nunca poderemos dizer que possuímos esta cultura. Aqui vale novamente a pedagogia política dos evangelhos, quando Cristo se dirige aos discípulos afirmando que eles **estão convertidos e, ao mesmo tempo, em processo de conversão. São árvores e sementes.**

Daí a importância de inserir no processo de educação para o desenvolvimento todos os segmentos da sociedade: homens e mulheres, jovens e idosos, crianças e adultos, trabalhadores rurais e urbanos, empresários e empregados, governos e sociedade civil. **Todos temos que nos educar, garantindo assim a sustentabilidade do desenvolvimento que construímos.**

8.3.2 Principais eixos e estratégias de ação articulada

Subgrupo I - Educação formal pelo desenvolvimento sustentável

PRINCÍPIOS	TEMA	OBJETIVO	ATORES	ESTRATÉGIA
1. Equidade 2. Construção de padrões de consumo sustentáveis 3. Cidadania e participação 4. Construção social do conhecimento 5. Amorosidade 6. Inter e intra geração, gênero 7. Prudência e respeito ambiental 8. Valorização do nível local 9. Solidariedade 10. Novos estilos de exercer o poder	Educação formal para o desenvolvimento sustentável	(Re) colocar a escola e cidadania no foco do debate e da ação	Movimentos sociais, agências e Estado	• Integrar as escolas aos processos de desenvolvimento local sustentável • Organizar conselhos de pais • Envolver a escola nos diagnósticos e acompanhamento das ações de desenvolvimento local sustentável • Elaborar projetos para o Pronaf, Fundef e FAT • Identificar novas alternativas de metodologia educacional • Envolver professores e alunos na solução de problemas locais • Oportunizar práticas de ensino, criar estágios e elaborar monografias

Esses princípios são transversais aos outros dois temas

Subgrupo II - Educação profissional para o desenvolvimento sustentável

TEMA	OBJETIVOS	ATORES	ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO	ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO
Educação profissional para o desenvolvimento sustentável	• Educar para a cidadania respondendo às necessidades e fomentando as potencialidades	• Jovens e adultos • Famílias do meio rural e urbano • Sindicatos, associações e cooperativas • Prefeituras, câmaras e universidades • Órgãos estaduais de educação • Assistência técnica e ongs	• Formação de multiplicadores • Metodologias para desenvolver temas e conteúdos • Instâncias colegiadas de integração dos atores	• Levantar e conhecer as experiências bem-sucedidas • Ter uma proposta de educação profissional e estar capacitado para negociá-la com os demais atores do colegiado • Identificar parceiros que reconheçam, apoiem e financiem a proposta

Subgrupo III - Educação para o desenvolvimento local sustentável

PRINCÍPIOS	TEMA	ESTRATÉGIA
1. Equidade social 2. Prudência e respeito ambiental 3. Valorização do nível social 4. Solidariedade 5. Construção do conhecimento	• Gestão dos recursos naturais • Ambiência rural • Agricultura familiar • Competitividade e cooperação local • Metodologia do planejamento • Gênero • Municipalidade e territorialidade • Trabalho infantil • Protagonismo juvenil	Apoiar a CONTAG, Fetags e STRs na: • Identificação dos atores sociais interessados e/ou responsáveis pelos temas propostos • Capacitação de trabalhadores/as rurais para formular, propor e monitorar políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável • Capacitação de trabalhadores/as para implementação de mecanismos de controle social de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável • Transformação das experiências bem-sucedidas de educação profissional em políticas públicas.

8.3.3 - Temas para a cooperação

TEMAS		
Educação Formal/Escola	Educação Profissional	Serviços Educacionais
• Não há desenvolvimento sem escola, não há educação desligada do mundo do trabalho • A escola nunca foi envolvida nas estratégias de desenvolvimento local sustentável • O conteúdo e o rumo da escola são problemas da sociedade • O papel da universidade e das escolas técnicas • O analfabetismo: - Rural - Homem	• Que elementos educam o profissional do campo • O foco não é a empregabilidade, é a afirmação da cidadania • Educação, juventude e trabalho • Elementos culturais	• A luta política: constrói-se em instâncias educativas • Formação de multiplicadores • As atividades de formação devem ser socioinstitucionais • Incorporar à educação ambiental como elemento de elevação da auto-estima

Contribuição da Plenária

Considerar:

- Educação: onde, com quem e para quê?
- Quais as mudanças necessárias e em que direção?
- Trabalho infantil
- Incorporar a perspectiva de gênero
- Conhecimento como elemento estratégico
- Mudança radical nos processos, filosofia, conteúdos e no ambiente ofertados aos trabalhadores

9. Síntese das Oficinas Temáticas

Como resultado dos trabalhos das oficinas foram obtidos os seguintes subsídios para a Agenda Comum.

9.1 Grandes Temáticas:

Tema 1 – Planejamento do Desenvolvimento Sustentável

Tema 2 – Sistemas de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável

Tema 3 – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

9.1.1 Planejamento do Desenvolvimento Sustentável

Eixo 1 – Aprofundamento sobre a conceituação do desenvolvimento sustentável

Estratégias

- Elaborar documento básico, sistematizando os conceitos mais usados de desenvolvimento sustentável, com ênfase no rural e no local (em especial os adotados pela CONTAG,

IICA, FAO, PNUD e Comunidade Solidária) como insumo ao evento nacional proposto.

- Realizar evento nacional para debater/aprofundar questões conceituais de desenvolvimento sustentável, considerando a integração da Agenda 21 no processo.
- Confeccionar material didático com os resultados do evento nacional.
- Promover eventos regionais/estaduais/municipais de socialização e adequação/adaptação dos conceitos de desenvolvimento sustentável.
- Utilizar os conceitos de desenvolvimento sustentável produzidos nos eventos em documentos de capacitação.
- Introduzir conceitos de desenvolvimento sustentável no processo de educação formal.

Eixo 2 – Montagem de processos de planejamento do desenvolvimento sustentável com metodologias participativas

Estratégias

- Realizar evento para discutir as diversas metodologias que orientem processos participativos de planejamento do desenvolvimento rural sustentável.
- Montar na CONTAG um banco de dados com experiências de êxito de desenvolvimento rural sustentável e outras informações para o planejamento.
- Montar rede de cooperação que possibilite o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento local sustentável.
- Montar e implementar programa de capacitação permanente de lideranças de base em planejamento do desenvolvimento rural sustentável.
- Organizar ação articulada em diversos programas de desenvolvimento rural (Pronaf, PCPR, FN-MA).

Eixo 3 – Desenvolvimento de ações que construam, fortaleçam e ampliem o capital social local

Estratégias

Para conhecer e disseminar políticas e programas de desenvolvimento econômico e social com impacto no desenvolvimento local sustentável regional

- Contactar os atores já identificados para o estabelecimento de parcerias.
- Levantar, organizar e divulgar materiais.

Para identificar e mobilizar o capital social local

- Realizar visitas *in loco* para identificar lideranças e propor fórum.

Para criar fórum de desenvolvimento local sustentável

- Realizar encontro de sensibilização e nivelamento de propostas.
- Criar um fórum: com definição de agenda comum.

Para capacitar membros do fórum local

- Estabelecer consenso sobre os objetivos, princípios metodológicos e metas do processo.
- Estabelecer consenso e definir e indicadores para monitoramento e avaliação.
- Executar a capacitação (terceirizar serviço com entidades especializadas).
- Monitorar e avaliar o processo.

Para estabelecer redes de articulação de fóruns locais

- Criar *home page*.
- Definir e implementar sistema.
- Implementar fóruns estaduais, regionais e nacional.

Para contribuir na construção de novas organizações sociais, ampliando a representação de interesses locais

- Mapear setores, grupos econômico e socialmente excluídos.
- Capacitar para a inserção produtiva e o acesso ao crédito.

Eixo 4 – Construção de processos sustentáveis de participação, representação e construção de alianças/parcerias

Estratégias

- Criar fórum para discussão do conceito de participação social e de metodologias adequadas.
- Criar espaços permanentes para sensibilização/mobilização para a participação.
- Construir metodologias de conhecimento da realidade, incorporando o saber popular.
- Estimular a articulação das instâncias representativas nos fóruns locais.
- Capacitar para a participação os agentes que atuam no local.
- Divulgar vocações, potencialidades e políticas de desenvolvimento local sustentável.
- Conjuguar interesses externos (convênios, intercâmbio de experiências).

Eixo 5 – Formas de financiamento (interno e externo) para o desenvolvimento local sustentável

Estratégias

- Identificar, analisar, sistematizar, articular e propor financiamento, de acordo com as especificidades de cada realidade.
- Disponibilizar aos atores informações sistematizadas sobre as fontes de financiamento de desenvolvimento rural sustentável.

- Criar e/ou adequar instrumentais para acessar formas de crédito adequado ao desenvolvimento rural sustentável.
- Propor novas formas de financiamento identificadas com a realidade.
- Criar formas alternativas de organização para a oferta de crédito.
- Definir mecanismos de controle social de crédito.
- Conhecer o perfil de não-beneficiário do crédito.
- Criar fundos rotativos do desenvolvimento rural sustentável.
- Fortalecer a articulação para o encaminhamento de projeto de lei que assegure a criação de fundo de aval, ampliando o acesso ao crédito.

Eixo 6 – Construir processos que possibilitem identificar, articular (vertical e horizontalmente) e propor políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável

Estratégias

- Instituir fórum para identificar políticas adequadas e intercambiar experiências de desenvolvimento rural sustentável.
- Buscar nos fóruns nacionais e internacionais os espaços para as propostas de políticas adequadas ao desenvolvimento rural sustentável.
- Montar processos de capacitação dos atores em instâncias locais de decisão para melhor intervir no desenvolvimento sustentável.
- Construir processos ascendentes, redefinindo as políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.
- Montar fórum ou conselho para a integração das políticas e conselhos setoriais.

9.1.2 Sistemas de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável

Eixo 1 – Intercâmbio de conhecimento e experiências

Estratégias

- Sistematizar e divulgar experiências de êxito no âmbito local, regional, nacional e internacional.
- Realizar eventos (fóruns, seminários, encontros).
- Apoiar a realização de pesquisas e estudos de interesse das organizações da sociedade civil para uma intervenção qualificada na formulação e gestão de políticas públicas.
- Viabilizar recursos com as instituições de cooperação técnica internacional.

Eixo 2 – Formas de gestão em desenvolvimento local sustentável

Estratégias

- Montar redes com a participação de ongs, organizações governamentais, movimentos sociais e organizações de cooperação técnica e financeira.
- Implantar sistemas de monitoramento e de informações nas áreas de políticas públicas, tecnologia e acesso a novos mercados.
- Sistematizar e desenvolver metodologias e instrumentos de gestão participativa para instituições que atuam no meio rural.
- Implantar sistemas de gestão de atividades produtivas associativas.

Eixo 3 – Capacitação

Estratégias

- Definir institucionalidades para formar capital social.
- Definir competências institucionais a partir de projetos construídos por atores locais.
- Definir áreas de profissionalização com capacidade de maior inserção no processo produtivo.
- Profissionalizar produtores locais em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Eixo 4 – Rede de cooperação (compartilhada)

Estratégias

- Identificar experiências para a divulgação.
- Criar sistemas de informações.
- Estabelecer gerências de informações.
- Estabelecer parcerias.

Eixo 5 – Parcerias e alianças estratégicas

Estratégias

- Identificar pontos convergentes.
- Divulgar o *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável* (PADRS).
- Monitorar continuamente, com indicadores.
- Estabelecer uma agenda de compromissos.
- Especificar responsabilidades.
- Definir a participação de atores.

9.1.3 Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Eixo 1 – Educação profissional

Estratégias

- Levantar e difundir experiências de êxito de desenvolvimento rural e local sustentável.
- Elaborar proposta de educação profissional dos produtores e trabalhadores do meio rural e capacitar-se para negociá-la com outros atores.
- Identificar parceiros que reconheçam, apoiem e financiem a proposta dos trabalhadores e produtores rurais.
- Formar multiplicadores.
- Desenvolver metodologias para desenvolver temas e conteúdos.
- Criar instância colegiada de integração de atores.

Eixo 2 – Serviços educacionais

Estratégias

- Identificar atores sociais interessados e/ou responsáveis pelos temas propostos.
- Capacitar trabalhadores e trabalhadoras rurais para formular, propor e monitorar políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.
- Capacitar para a implementação de mecanismos de controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.
- Transformar em políticas públicas as experiências bem-sucedidas de serviços educacionais.

Eixo 3 – Educação formal para a escola

Estratégias

- Integrar as escolas aos processos de desenvolvimento local sustentável.
- Identificar novas alternativas de metodologias educacionais.
- Organizar conselhos de pais.
- Ofertar processos de educação continuada.
- Envolver as escolas no diagnóstico e acompanhamento de ações do desenvolvimento local sustentável.
- Envolver professores na solução de problemas locais.
- Elaborar projetos para o Pronaf, Fundef e FAT.
- Criar práticas de ensino, estágios e elaborar monografias.
- Adequar currículo na perspectiva de educar para a cidadania no contexto do desenvolvimento local sustentável (adequar currículo escolar ao calendário agrícola).
- Construir novos materiais didáticos adequados à realidade do desenvolvimento local sustentável.

10. Agenda Comum

10.1 Entidades inicialmente envolvidas

CONTAG/PNUD/IICA/FAO

10.2 Temáticas centrais

Tema 1 – Planejamento do Desenvolvimento Sustentável

Tema 2 – Sistemas de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável

Tema 3 – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

10.3 Principais Temas para Cooperação

Tema 1 – Planejamento do Desenvolvimento Sustentável

- Aprofundamento sobre a conceituação de desenvolvimento sustentável.
- Montagem de processos de planejamento de desenvolvimento sustentável com metodologias participativas.
- Desenvolvimento de ações que construam, fortaleçam e ampliem o capital social local.
- Construção de processos sustentáveis de participação, representação e construção de alianças e parcerias.
- Formas de financiamento (interno e externo) para o desenvolvimento local sustentável.
- Construir processos que possibilitem identificar, articular (vertical e horizontalmente) e propor políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável.

Tema 2 – Sistemas de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável

- Intercâmbio de conhecimento e experiências.
- Formas de gestão em desenvolvimento local sustentável.
- Capacitação.
- Rede de cooperação (compartilhada).

- Parcerias e alianças estratégicas.

Tema 3 – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

- Educação profissional.
- Serviços educacionais.
- Educação formal para a escola.

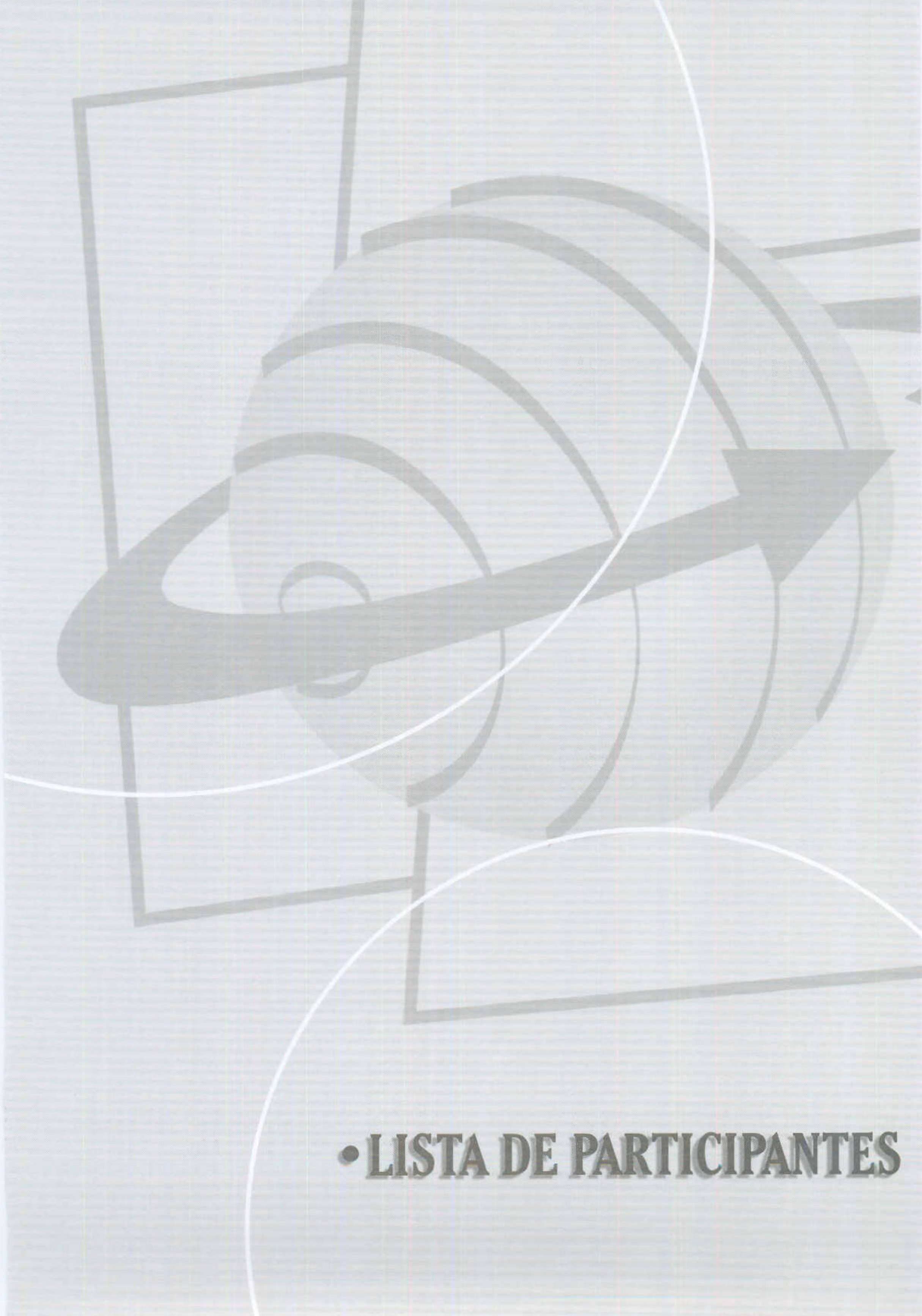
10.4 Principais formas de cooperação

- Apoio à montagem de **eventos nacionais e internacionais** (com prioridade para estabelecer consenso, conceitos, metodologias e intercâmbio de experiências).
- Apoio à montagem de **eventos regionais, estaduais e locais** para patrocinar discussões conceituais e metodológicas, trocar experiências e difundir informações que estimulem a promoção do desenvolvimento sustentável (com prioridade para o desenvolvimento rural e local).
- Apoio à montagem de **eventos e programas permanentes de capacitação** voltados para o desenvolvimento sustentável (com prioridade para o desenvolvimento rural e local).
- Apoio à montagem e ao funcionamento de **bancos de dados e de sistemas de informação** voltados para o desenvolvimento sustentável (com prioridade para o desenvolvimento rural e local).

- Apoio à montagem e à operação de **redes de articulação** entre as entidades envolvidas na cooperação e os parceiros.
- Apoio à montagem de **fóruns**, em diversas instâncias, para articular ações de atores interessados em promover o desenvolvimento sustentável.
- Apoio à **formulação e à reformulação de políticas públicas** (e seus instrumentos) de forma a adequá-las ao desenvolvimento sustentável.
- Apoio à CONTAG para ampliar significativamente sua participação na **monitoria e avaliação de projetos** específicos que recebem apoio técnico das agências de cooperação internacional.

10.5 Estratégia geral para consolidar cooperação

As entidades se comprometem a formalizar **fórum de cooperação** para o desenvolvimento sustentável com a criação de **comitê coordenador** integrado por representantes da CONTAG, do IICA, do PNUD e da FAO.

The background of the page features a complex abstract design. It includes a large, light gray circle in the center, a white circle partially visible at the bottom, and a dark gray rectangle in the upper left. A prominent, thick, dark gray arrow points from the lower left towards the upper right, passing through the central circle. The overall aesthetic is modern and minimalist.

• LISTA DE PARTICIPANTES

11. Lista de Participantes

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Abdias Vilar de Carvalho	IICA	(81) 227-0210	
Adelina Paiva	PNUD	(61) 329-2040	apaiva@undp.org.br
Ademar Santos da Silva Filho	FETAG/AM	(92) 633-2916	
Adriana Freitas	FAO	(61) 226-9828	faoproj@solar.com.br
Agnaldo dos Santos Meira	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	agnaldo@contag.org.br
Alberto Ercílio Broch	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	alberto@contag.org.br
Alejo Lertzundi	IICA	(86) 221-4142	
Alexandre Guerra	CUT NACIONAL	(11) 242-9411	cap@cut.org.br
Antônio de Almeida Nobre Júnior	PNUD/INCRA	(61) 411-7378	nobreico@incra.gov.br
Antônio Sousa Ribeiro	CUT ESTADUAL/SP	(11) 242-9411	
Aristeu Lima de Freitas	FETAG/CE	(85) 231-5887	fetraece@secrel.com.br
Armando Munguba	IICA	(61) 414-5900/414-5849	
Armando Santos Neto	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	armando@contag.org.br
Assiz Ramos de Sousa	PRODEX	(61) 316-1555	aramos@sede.ibama.gov.br
Aureliano Matos	IICA	(61) 248-5477	
Carlino Lima	FETAG/RO	(69) 421-5985	fetagro@pcnet.com.br
Carlos Antônio Lopes Teixeira	FETAG/ES	(27) 223-3335	fetaes@nutechnet.com.br
Carlos F.A. Castro	PNUD	(61) 329-2036	castro@undp.org.br
Carlos Guanziroli	FAO	(61) 411-7788	faoproj@solar.com.br
Carlos Miranda	IICA	(61) 248-5477	miranda@iica.org.br

Celina Arraes	PNUD	(61) 329-2047/329-2014	marraes@undp.org.br
Cláudia Couto Rosa	NEAD	(61) 328-8667	claudia@nead.gov.br
Cristiana Ervilha	UNICEF	(61) 348-1930	cervilha@unicef.org.br
Cristiano	FNVAP	(61) 329-2188	cristiano@unpd.org.br
Dagoberto A.G. de Oliveira	IBAMA/CNPT	(61) 316-1553	arraes@sede.ibama.gov.br
Domingos Albuquerque Paz	FETAG/MA	(98) 232-6172	fetaema@elo.com.br
Edilson Dias de Santana	FETAG/PE	(81) 421-1222	fetape@elogica.com.br
Eliane Isabel Gonçalves	STR CRISTALINA/GO	(61) 612-2884/988-3908	
Eliziário Noé B. Toledo	FETAG/RS	(51) 228-4866	fetags@ez-poa.com.br
Elsie Marchini	SEBRAE	(61) 348-7224	elsie@sebrae.com.br
Espedito Rufino de Araújo	CONTAG	(61) 321-2288	contag@contag.org.br
Eugênio Giovenardi	INCRA/PNUD	(61) 411-7200/7202	epg@tba.com.br
Eugênio Peixoto	CONTAG	(61)321-2288/FAX: 321-3229	epeixoto@contag.org.br
Euter Paniago Júnior	FUNDUÇÃO LYNDOLPHO SILVA	(61) 340-6900	bnaf@apis.com.br
Fernando Luís da Fonseca Ramos	PNF/SBF/MMA	(61) 317-1196	fernandoramos@ma.gov.br
Fidel Bracerias	IICA	(84) 211-5444	
Flora Cerqueira	PNUD	(61) 329-2032	flora@undp.org.br
Genivaldo Oliveira da Silva	FETAG/AL	(82) 223-4649	
Geraldo Teixeira de Almeida	FETAG/MS	(67) 784-1327	
Gerônimo Brumatti	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	geronimo@contag.org.br
Gilberto Bampi	INCRA		
Henrique Farias	PNFC	(61) 322-8845	henrique.faria@pnfc.org

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Inés Gonzaga Zats	IICA	(61) 414-5900	
Ivanilson Guimarães	INCRA/PNUD	(61) 321-6773/ 411-7598	ivanilsong@incra.gov.br
Jaime Marín	IICA	(81) 229-2013	
Jairo Cabral	CUT NACIONAL/ DF	(61)322-2436	
Jairo Correia de Almeida	FETAG/PR	(41) 322-8711	fetaep@softone.com.br
João de Deus Rodrigues	FETAG/AC	(68) 223-1527	apolo@mdnet.com.br
João Elmo	IICA	(61) 411-7349	
João Matos Filho	PAPP/RN	(84) 217-4321/984-8791	jmatos@summer.com.br
John W. Garrison	BANCO MUNDIAL	(61) 329-1000/FAX:329-1010	jgarrison@worldbank.org.br
Jorge Soto Moreno	PNFC	(61) 223-4320	j.soto@pnfc.org
Jorge Tavares	IICA	(81) 441-4577/9964-7061	jtavares@elogica.com.br
Jorge Zimmermann	UNICEF	(61) 348-1905	jzimmermann@unicef.org.br
José Arribamar de Carvalho	IBAMA/CNPT	(61) 316-1553	carvalho@sede.ibama.gov.br
José de Arimatéia A. R.de Lima	FETAG/PB	(83) 241-1192	fetagpb@openline.com.br
José Humberto Oliveira	ASSOCENE	(81) 231-2666	assocene@truenet.com.br
José Janser Freire Santana	FETAG/MG	(31) 241-1077	
José Mário Martins da Silva	FETAG/BA	(71) 242-9011	fetag_ba@svn.com.br
José Olívio M. Oliveira	CONF. NAC. METALÚRGICOS	(11) 3272-9411	jolivio@bahianet.com.br
José Raimundo de Andrade	FETAG/DF	(61) 322-9898	
Josemar de Souza Lima	IICA	(98) 232-3699/974-2391	
Júnia Leonel	PNUD/PRONAF	(61) 322-0676	bra98012@agricultura.gob.br
Jurema Varejão	PNUD	(61) 329-2044	jurema@undp.org.br

Kátia Amorim	FNVAP	(61) 329-2188	katia@undp.org.br
Kokiti Nelson Nakamoto	CNM	(11) 242-9411	
Lígia Luna Ferreira	INCRA/PNUD	(61) 321-6773/411-7173	luna@incra.gov.br
Lucila Bezerra	IICA	(81) 268-3511	lucila@truenet.com.br
Ludgério Monteiro	PRONAF	(61) 322-0676/322-0681	
Luis Dario Gutierrez	PNF/SBF/MMA	(61) 317-1492	ldgutierrez@mma.gov.br
Luis Valdés	IICA	(86) 221-4142	etcheval@mnnet.com.br
Luiz Vicenti Facco	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	facco@contag.org.br
Luiza Carvalho	PNUD	(61) 329-2041	luiza@undp.org.br
Manoel Cândido da Costa	FETAG/RN	(84) 211-4688	fetarn@sol.com.br
Manoel dos Santos	CONTAG	(61) 3262288/FAX: 321-3229	manoel@contag.org.br
Marcio Fontes Hirata	FETAG/PA	(91) 241-2419	
Marcos Vinícios Ansani	EMATER/DF	(61) 340-3063	ansani@tba.com.br
Maria Beatriz Cunha	OIT/IPEC		brasil@atbrasil.org.br
Maria Clara Rillo Mendes	VIGISUS	(61) 931-2406/443-5180	mmendes@fns.gov.br jurilos@brnet.com.br
Maria de Fatima Moreira	FETAG/SE	(79) 211-9801	
Maria de Fátima Pessoa Lopes	FETAG/RN	(84) 211-4688	fetarn@sol.com.br
Maria de Fátima Rodrigues da Silva	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	contag@tba.com.br
Maria Verônica Moraes Souto	PNUD/PRONAF	(61) 322-0676	bra98012@agricultura.gov.br
Marilena Gentile	PROMOÇÃO DE SAÚDE	(61) 226-7744/315-2934	marilenagentile@saude.gov.br
Moisés Matias F. Sousa	FETAG/MA	(98) 232-6721	fetalm.elo.com.br
Murilo Xavier Flores	FUNDUÇÃO LYNDOLPHO SILVA	(61) 340-6900	bnaf@apis.com.br

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Naidson Batista	MOC/BA	(75) 221-1393	moc@gd.com.br
Najibe Alves	FETAG/GO	(62) 225-1466	fetaeg@zaz.com.br
Nelson Luis Borges de Barros	FETAG/MT	(65) 623-4722	
Neuza Zimmerman	IDEAS/FIG	(61) 349-6902	neusac@tba.com.br
Osmar Rigamonte	FETAG/AC	(68) 223-1527	apolo@mdnet.com.br
Osvaldo Russo	NEAD	(61) 326-6881	russo@nead.gov.br
Paulo César Ventura Mendonça	FETAG/RJ	(21) 627-1115	sagomes@starmedia.com
Paulo de Oliveira Poleze	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	poleze@contag.org.br
Paulo Ferreira Brum	PNFC	(61) 218-2610/248-3075	pbrum@pnfc.org
Pedro Paulo Nienow	FETAG/RS	(51) 228-4866	fetags@ez-poa.com.br
Pedro Urra	IICA	00 506 229-0222	purra@iica.ac.br
Pierre Gilly	PRONAF	(61) 322-0676	bra98012@agricultura.gov.br
Rachel Rabelo Soriani	FETAG/MS	(67) 784-1327	
Raimundo Ferreira	IICA	(61) 411-7349	raimundo@linkexpress.com.br
Rebecca Costa Serravalle	MLT/BA	(71) 242-9011	
Ribamar Furtado	IICA	(85) 288-1508	
Rinaldo Mancin	IICA	(61) 414-5900	
Roberto Leão	PRONAGER	(61) 414-5961	rbleao@mog.com.br
Rômulo Luiz Campos	FETAG/MG	(31) 241-1077	
Rubens Carlos Palácios Soria	IBAMA/CNPT	(61) 316-1553	crubens@sede.ibama.gov.br
Sebastião Menezes	IICA	(84) 2115444	
Sebastião Neves Rocha	CONTAG	(61) 321-2288/FAX: 321-3229	sebastiao@contag.org.br

Sérgio Fritzen	FETAG/SC	(48) 246-8011	fetaesc@matrix.com.br
Sérgio Silva	IICA	(61) 411-7349	
Silvio Gois de Lima	SINDICATO BANCÁRIOS	(61) 346-9090	seebb@persocom.com.br
Taciano de Caldas Coelho	PNF/SBF/MMA	(61) 317-1196	
Tânia Bacelar	IICA	(81) 341-1527/977-3794	araujo@truenet.com.br
Tânia Melo	NEAD	(61) 328-8667/8669	tania@nead.gov.br
Tarcísio Celso Vieira Vargas	CONF. NAC. METALÚRGICOS	(11) 277-6829	
Telúrio Homem Cavalcanti	SUDENE	(81) 416-2719	tlurio@sudene.gov.br
Teresinha de Jesus Alves de Aguiar	FETAG/PI	(86) 222-8640	
Thereza Carvalho Santos	CIORD/UNB	(61) 340-6164/307-2551	ciord@tba.com.br
Vera Azevedo	INCRA/PNUD		
Vera Nacif	PRONAGER/FAO	(61) 414-5961/FAX: 223-3591	veranacif@mog.gov.br
Walter Bianchini	DESER	(41) 362-3679/262-1842	
Wilson Hiermuth Gottens	FETAG/GO	(62) 225-1466/FAX:223-1332	fetaeg@zaz.com.br



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO

